



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
COMANDO DO PESSOAL
DIRECÇÃO DE JUSTIÇA E DISCIPLINA**

**MANUAL DE PROCEDIMENTOS
DO
PROCESSO DISCIPLINAR POR ACIDENTE DE VIAÇÃO**

(PAD 250-02)

Março 2011

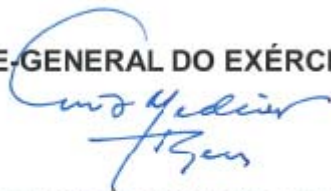
Página intencionalmente em branco

DESPACHO

1. Aprovo, para utilização no Exército, o PAD 250-02 Manual de Procedimentos do Processo Disciplinar por Acidente de Viação, nos termos do exercício da Autoridade Técnica do Comando do Pessoal, no âmbito da administração dos recursos humanos do Exército.
2. O PAD 250-02 Manual de Procedimentos do Processo Disciplinar por Acidente de Viação é uma publicação não classificada e não registada.
3. Podem ser feitos extractos desta publicação sem autorização da entidade promulgadora.
4. O PAD 250-02 Manual de Procedimentos do Processo Disciplinar por Acidente de Viação entra imediatamente em vigor.

Porto, 22 de Março de 2011

O AJUDANTE-GENERAL DO EXÉRCITO



LUIS MIGUEL DE NEGREIROS MORAIS DE MEDEIROS
TENENTE-GENERAL

Página intencionalmente em branco

REGISTO DE ALTERAÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO (Nº e DATA)	DATA DA INTRODUÇÃO	ENTRADA EM VIGOR (DATA)	IDENTIFICAÇÃO DE QUEM INTRODUZIU (Ass, Posto, Unidade)

Página intencionalmente em branco

ÍNDICE

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	1-1
101. Finalidade	1-1
102. Âmbito.....	1-3
CAPÍTULO 2. PARTICIPAÇÃO OU AUTO DE NOTÍCIA	2-1
201. Participação do Acidente	2-1
202. Minuta – Exemplo de Participação	2-2
203. Auto de Notícia	2-3
204. Minuta – Exemplo de Auto de Notícia	2-3
CAPÍTULO 3. DESPACHO DE INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR POR ACIDENTE DE VIAÇÃO	3-1
301. Introdução.....	3-1
302. Conteúdo	3-1
303. Minuta – Exemplo de Despacho de Instauração de Processo Disciplinar por Acidente de Viação - Sobre Participação ou Auto de Notícia precedente.....	3-2
304. Minuta – Exemplo de Despacho de Instauração de Processo Disciplinar por Acidente de Viação - Infracção directamente constatada	3-2
CAPÍTULO 4. PROCESSO DISCIPLINAR POR ACIDENTE DE VIAÇÃO	4-1
SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	4-1
401. A Audiência e os Direitos do Arguido	4-1
402. Notificação ao Arguido da Instauração do Processo Disciplinar por Acidente de Viação.....	4-6
403. Minuta – Exemplo de Notificação de Instauração de Processo Disciplinar por Acidente de Viação.....	4-6
SECÇÃO II – PRODUÇÃO E REGISTO DA PROVA	4-8
404. A Instrução do Processo Disciplinar por Acidente de Viação	4-8
405. Meios de Prova no Processo Disciplinar por Acidente de Viação	4-11
SECÇÃO III – PROVA DOCUMENTAL.....	4-12
406. Prova Documental	4-12
407. Prova Documental relativa ao Arguido	4-12
408. Prova Documental relativa a Intervenientes Estranhos ao Exército.....	4-13
409. Prova Documental relativa à Viatura Militar.....	4-14
410. Prova por Declarações	4-15
411. Prova por Declarações do Arguido.....	4-16
412. Prova por Declarações do Chefe de Viatura	4-17
413. Prova por Declarações dos Intervenientes Cíveis.....	4-18
414. Prova por Declarações do Proprietário do Veículo Civil.....	4-18
415. Prova por Declarações de Eventuais Lesados.....	4-19
416. Prova por Declarações dos Responsáveis pela Manutenção da Viatura Militar	4-19
417. Prova Testemunhal.....	4-19
418. Prova Pericial.....	4-23
419. O Exame Médico dos Sinistrados.....	4-23
420. A Prova Pericial relativa à Viatura Militar.....	4-24

421.	A Prova Pericial relativa às Viaturas Civis intervenientes no Acidente de Viação	4-24
422.	Avaliação de outros danos emergentes do Acidente de Viação	4-25
423.	Prova por Reconstituição.....	4-26
424.	Minuta – Exemplo de Auto de Declarações do Arguido	4-28
425.	Minuta – Exemplo de Auto de Declarações do Chefe de Viatura.....	4-29
426.	Minuta – Exemplo de Auto de Declarações de Intervenientes Civis	4-30
427.	Minuta – Exemplo de Auto de Declarações de Pessoal encarregue da manutenção da viatura militar.....	4-31
428.	Minuta – Exemplo de Auto de Inquirição de Testemunha	4-32
429.	Minuta – Exemplo de Auto de Acareação de Testemunhas.....	4-34
430.	Minuta – Exemplo de Auto para Prestação de Compromisso de Peritos.....	4-35
431.	Minuta – Exemplo de Relatório de Reconstituição do Acidente de Viação	4-35
SECÇÃO IV – ARQUIVAMENTO DO PDAV		4-37
432.	Arquivamento.....	4-37
433.	Minuta – Exemplo de Relatório do Oficial Averiguante com Proposta de Arquivamento.....	4-38
SECÇÃO V – ACUSAÇÃO		4-41
434.	Acusação	4-41
435.	Minuta – Exemplo de Acusação	4-41
436.	Minuta – Exemplo de Certidão de Notificação da Acusação	4-44
437.	Defesa Escrita	4-45
SECÇÃO VI – RELATÓRIO E DECISÃO		4-45
438.	Relatório do Oficial Instrutor	4-45
439.	Decisão.....	4-48
440.	Notificação da Decisão	4-50
441.	Vícios Comuns na Fase do Relatório do Oficial Instrutor e na Decisão do Processo Disciplinar	4-51
442.	Minuta – Exemplo de Relatório Final do Oficial Instrutor.....	4-53
443.	Minuta – Exemplo de Despacho Decisório - Com Remissão para o Relatório do Oficial Instrutor.....	4-57
444.	Minuta – Exemplo de Despacho Decisório - Sem Remissão para o Relatório do Oficial Instrutor.....	4-58
445.	Minuta – Exemplo de Certidão de Notificação da Decisão.....	4-62
SECÇÃO VII – RESPONSABILIDADE CIVIL E EVENTUAIS INDEMNIZAÇÕES		4-64
446.	Da inconveniência de se proceder à reparação dos veículos estranhos ao Exército antes da avaliação dos danos a efectuar por peritos militares.....	4-64
447.	Minuta - Exemplo de Notificação para que se proceda à reparação dos veículos estranhos ao Exército após a avaliação dos danos efectuada por peritos militares	4-64
448.	Declaração de aceitação do montante arbitrado pelos Peritos Militares.....	4-65
449.	Minuta - Exemplo de Notificação para indagar se o proprietário do veículo civil aceita a diferença entre o valor venal e o valor do salvado do veículo	4-65
450.	Assunção pelo Arguido da responsabilidade pelos danos causados em consequência do acidente de viação.....	4-66
451.	Assunção pelo Interveniente Civil da responsabilidade pelos danos causados em consequência do acidente de viação.....	4-66
452.	Declaração da Seguradora de assunção da responsabilidade pelos danos causados em consequência do acidente de viação	4-66
453.	Viatura Militar abrangida por contrato de seguro.....	4-67

454.	Identificação do efectivo credor da indemnização.....	4-67
455.	Número de Identificação Bancária e Número de Identificação Fiscal	4-68
456.	Informação relativa ao pagamento de indemnização	4-68
457.	Antecipação de indemnização pelas U/E/O	4-69

SECÇÃO VIII – PROCEDIMENTOS EM CASO DE ACIDENTE DE VIAÇÃO

OCORRIDO NO ESTRANGEIRO4-69

458.	Regime Aplicável	4-69
459.	Particularidades	4-69
460.	Decisão Final	4-70

CAPÍTULO 5. PROCESSO ADMINISTRATIVO POR ACIDENTE DE VIAÇÃO .5-1

501.	Introdução.....	5-1
502.	Elementos obrigatórios.....	5-1
503.	Decisão do Processo Administrativo por Acidente de Viação	5-2

CAPÍTULO 6. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO6-1

601.	Meios de Impugnação	6-1
602.	Reclamação.....	6-1
603.	Recurso Hierárquico	6-1
604.	Recurso de Revisão	6-2
605.	Impugnação Contenciosa	6-3

ANEXO A– LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS.....A-1

ANEXO B– REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS.....B-1

NOTA PRÉVIA

1. A Publicação Administrativa *PAD 250-02 Manual de Procedimentos do Processo Disciplinar por Acidente de Viação* visa a substituição das “*Fichas de Anotações Práticas*”, sobre o “*Processo Disciplinar por Acidente de Viação*”, publicadas em 1999, pela Direcção de Justiça e Disciplina.
2. A Publicação Administrativa *PAD 250-02 Manual de Procedimentos do Processo Disciplinar por Acidente de Viação* segue o modelo preconizado no *PAD 320-01 Publicações do Exército*, com as devidas adequações, ao documento em causa.
3. Após a sua aprovação, a Publicação Administrativa *PAD 250-02 Manual de Procedimentos do Processo Disciplinar por Acidente de Viação*, passa a estabelecer as bases para a elaboração dos Processos Disciplinares por Acidente de Viação do Exército.
4. À semelhança das restantes publicações do Exército, a *PAD 250-02*, uma vez aprovada, é sujeita a um período experimental com a duração de um ano, durante o qual todas as U/E/O podem endereçar à DJD, por mensagem, as suas propostas de alterações.

O DIRECTOR DE JUSTIÇA E DISCIPLINA



JOSÉ ANTÓNIO HENRIQUES DINIS

MAJOR-GENERAL

Página intencionalmente em branco

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

101. Finalidade

- a. Todo o acidente de viação (AV) ocorrido com viaturas militares dará sempre lugar a um processo disciplinar (Art.º 1.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- b. Esse processo, que se designa como Processo Disciplinar por Acidente de Viação (PDAV), tem por fim o apuramento da responsabilidade do arguido ou arguidos em face do dever de respeito quer pelas regras de trânsito, quer pelas normas reguladoras do serviço automóvel militar (por exemplo, o Regulamento da Utilização, Condução e Trânsito das Viaturas do Exército, aprovado pela Portaria nº 23 091 de 27DEC1967) e ainda o apuramento de responsabilidades pelos prejuízos materiais causados, (Art.º 6.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966) pelo que a necessidade de se proceder à instauração de um PDAV suscita-se perante a ocorrência de um AV, não dependendo do preenchimento de qualquer outro pressuposto.
- c. O PDAV vai mais além do que a simples determinação de uma eventual responsabilidade disciplinar do arguido, em função das normas estradais, sejam elas de carácter geral (o Código da Estrada e/ou o Regulamento de Sinalização do Trânsito, entre outros diplomas) ou de carácter militar, e visa também proporcionar a apreciação da responsabilidade civil e preparar, desta forma, o processamento de eventuais indemnizações pelos danos materiais emergentes do AV. Efectivamente, só estes serão ressarcidos pela via administrativa, relegando-se para a sede judicial, o apuramento de outros danos, como, por exemplo, os vulgarmente chamados “danos morais” (dores, incómodos, desgosto, etc.), a incapacidade física, desvalorização por deficiência, etc.
- d. Por conseguinte, em sede de PDAV, importa proceder a uma quantificação rigorosa dos danos materiais e, bem assim, à identificação dos credores de eventuais indemnizações.
- e. É neste âmbito, que a Direcção de Justiça e Disciplina tem vindo a constatar maiores dificuldades sentidas pelos Oficiais instrutores.
- f. Na verdade, frequentemente são omitidos determinados actos e/ou documentos que, posteriormente se vêm a revelar essenciais à boa decisão do PDAV.

- g. Por outro lado, a instrução dos PDAV tem-se caracterizado, em certos casos, por uma excessiva e, na maior parte das vezes, injustificada morosidade, em desrespeito pelos prazos prescritos para a sua elaboração.
- h. Neste ponto, há que chamar a atenção para o facto dos PDAV serem, muito provavelmente, a face mais visível, para o exterior da Instituição Castrense, da “justiça militar”, já que, pelo menos na maioria dos casos que sobem para apreciação na Direcção de Justiça e Disciplina, nos termos legais, estão envolvidas pessoas e/ou bens estranhos ao Exército.
- i. Ora, é compreensível que estes intervenientes tenham dificuldade em aceitar a morosidade verificada na resolução dos assuntos que lhes dizem respeito, as sucessivas devoluções a que assistem, por imperfeição da instrução e, muitas vezes, a falta de esclarecimentos adequados e oportunos. Por conseguinte, daí resulta, naturalmente, uma imagem do Exército nada consentânea com uma cultura de exigência e rigor que deve ser seu apanágio, nem com o facto de ao Estado e às Forças Armadas, em particular, ser exigida, cada vez mais, uma cultura de eficiência, de celeridade, de disponibilidade e de qualidade.
- j. Para além dessa consequência, é conveniente salientar a possibilidade da demora na instrução acarretar um acréscimo de encargos para a Fazenda Nacional.
- k. Já no âmbito interno da própria Instituição Militar, há que relevar que o decurso do tempo pode tornar inoportuna, por extemporânea, a aplicação de uma eventual punição disciplinar, pondo em causa a eficácia da “Justiça Militar”, mormente no que respeita ao efeito pedagógico e preventivo das penas disciplinares.
- l. Alerta-se, porém, os Oficiais Instrutores para o facto deste trabalho ter como objectivo constituir-se como um manual orientador de auxílio e de suporte daqueles Oficiais uma vez incumbidos da instrução de PDAV, não tendo qualquer pretensão limitativa ou substitutiva da sua actividade instrutória. Quer-se com isto dizer que àqueles cabe o papel de, em face das particularidades e circunstancialismos do caso concreto, procurar, entre outros aspectos, por um lado, uma rigorosa documentação dos factos, e, por outro, habilitar as instâncias superiores com os elementos essenciais para uma fundamentada e justa decisão.

- m. Alerta-se, também, para o facto das “minutas exemplo” fornecidas, no presente Manual, deverem ser lidas apenas e somente como meros exemplos de peças processuais conformes aos preceitos legais aplicáveis e, nessa medida, poderem e deverem ser utilizadas pelos Oficiais Instrutores, carecendo porém sempre de devida adequação e adaptação às circunstâncias de cada caso concreto.
- n. Por fim, aproveita-se ainda a oportunidade para, face às participações do Exército em “Teatros de Operações” (TO) no estrangeiro (ex: Bósnia, Kosovo, Afeganistão, etc.) e ao vazio legal existente sobre a matéria, estabelecer um conjunto de procedimentos e tecer algumas considerações pertinentes acerca da instrução de PDAV que versem sobre AV ocorridos nos TO no estrangeiro.

102. Âmbito

- a. A Publicação PAD 250-02 Manual de Procedimentos do Processo Disciplinar por Acidente de Viação, aplica-se a todas as actividades das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (U/E/O) do Exército.
- b. Este Manual encontra-se organizado em seis capítulos:
 - (1) No Primeiro Capítulo, “Introdução”, é definida a finalidade e o âmbito de aplicação do presente Manual;
 - (2) No Segundo Capítulo, “Participação ou Auto de Notícia”, é definido o conceito de Participação e Auto de Notícia, com o correspondente enquadramento legal e exemplificação prática;
 - (3) No Terceiro Capítulo, “Despacho de Instauração do Processo Disciplinar”, é tratado o despacho que instaura o Processo Disciplinar, com o correspondente enquadramento legal e exemplificação prática;
 - (4) No Quarto Capítulo, “Processo Disciplinar por Acidente de Viação”, é tratada toda a tramitação processual do processo disciplinar por Acidente de Viação, nela se incluindo a audiência e os direitos do Arguido, e toda a instrução processual, até à Decisão Final.
 - (5) No Quinto Capítulo, é tratado o “Processo Administrativo por Acidente de Viação”, com o correspondente enquadramento legal.
 - (6) No Sexto Capítulo, são tratados os meios impugnatórios ao dispor do Arguido, com o correspondente enquadramento legal.

CAPÍTULO 2. PARTICIPAÇÃO OU AUTO DE NOTÍCIA

201. Participação do Acidente

- a. De acordo com o Art.º 1.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966, todo o acidente de viação ocorrido com viaturas militares dará sempre lugar a um processo disciplinar.
- b. A Participação do AV constitui um dever de qualquer militar que dele tome conhecimento, podendo a sua omissão gerar responsabilidade disciplinar (por força do disposto no Art.º 5.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966, no Art.º 44.º da Portaria nº 23 091 de 27DEC1967 e no Art.º 84.º do Regulamento de Disciplina Militar)
- c. Assim, a participação de facto passível de sanção disciplinar praticado por militar é dever de todo o superior hierárquico que o tenha presenciado ou dele tomado conhecimento e não disponha de competência para instaurar o respectivo procedimento (Art.º 84.º n.º 1 do RDM).
- d. De igual forma, todo aquele que, não sendo militar, tenha presenciado ou tomado conhecimento de facto passível de sanção disciplinar praticado por militar pode participá-lo ao superior hierárquico deste, devendo descrevê-lo da forma mais exacta possível (Art.º 84.º n.º 2 do RDM).
- e. Caso o militar detenha competência para instaurar o procedimento disciplinar, já não deverá elaborar Participação, mas sim reduzir a Auto os factos ilícitos presenciados, exarando o respectivo despacho de instauração de processo disciplinar (ver Capítulo n.º 3 relativo ao Despacho de Instauração do Processo Disciplinar).
- f. A Participação poderá, ainda, ser elaborada por outras entidades (por ex. PSP, GNR, etc.) que tenham tomado conta da ocorrência do AV. Esta Participação possui grande relevância, em caso de litígio judicial, porquanto, tendencialmente, apresenta uma versão imparcial das circunstâncias em que ocorreu o respectivo AV. Por essa razão, deverá ser solicitada, com a máxima brevidade, pelo Oficial instrutor, à entidade em causa. Na eventualidade de existência de danos pessoais, as autoridades poder-se-ão recusar a fornecer a respectiva Participação, invocando que o processo se encontra em segredo de justiça (o que poderá acontecer quando estejamos perante uma das situações do Art.º 86

- n.º 2 ou 3 do Código de Processo Penal). Neste caso, deverá o PDAV seguir os seus trâmites normais, de modo a respeitar os prazos legais para a sua instrução. Caso entenda que aquele documento é essencial para a boa decisão do PDAV, a Direcção de Justiça e Disciplina poderá solicitá-lo, posteriormente, directamente à autoridade judiciária competente na situação em apreço (Art.º 86.º n.º 12 alíneas a) e b) do Código de Processo Penal).
- g. A Participação é efectuada e entregue na U/E/O pelo chefe de viatura, se o houver, ou pelo condutor da viatura sinistrada (Art.º 5 e Art.º 11.º § 1º ambos da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966), desencadeando, como já *supra* foi referido, o dever de instaurar o PDAV (Art.º 1º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- h. Quanto ao conteúdo da Participação, quer a Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966, quer o RDM nada dispõem, pelo que há que recorrer, subsidiariamente, ao disposto na legislação processual penal (cf. Art.º 10.º do RDM, conjugado com o Art.º 243.º do Código de Processo Penal - doravante CPP).
- i. Assim, a Participação deverá conter:
- (1) Os factos que constituem o ilícito disciplinar, ou seja, a descrição do AV e de todas as circunstâncias relevantes que com ele se prendam;
 - (2) O dia, a hora, o local e as circunstâncias em que o acidente ocorreu;
 - (3) Todos os elementos relativos à identificação das viaturas intervenientes no AV, respectivos condutores, proprietários, seguradoras, autoridades presentes, testemunhas que puderem depor sobre os factos, etc.
- j. Nos casos de maior complexidade (designadamente, com intervenção de mais de dois veículos) poderão ser elaborados documentos adicionais, os quais, não se revestindo de formalidades especiais, sempre deverão conter a identificação, inequívoca, do facto a que respeitam e, bem assim, serem devidamente assinados pelos respectivos subscritores.

202. Minuta – Exemplo de Participação

Exmo. Sr. ... (Comandante, Director ou Chefe)

Para os devidos efeitos legais, participo que no dia ... do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, quando seguia na sua faixa na Rua ..., junto aos semáforos situados defronte do prédio n.º..., a viatura ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., que se dirigia para ..., em serviço superiormente determinado, foi interveniente num acidente de viação.

A viatura militar era conduzida por F... (nome e posto), detentor da licença de condução n.º ..., seguindo no seu interior os militares A... e B ... (nome e posto).

O referido acidente ocorreu quando a viatura militar parou no semáforo acima referido, tendo outra viatura ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., conduzida e propriedade de J... (nome, bilhete de identidade, carta de condução), segurada na Companhia de Seguros X... (Identificação e número da apólice), embatido na sua traseira, tendo provocado danos visíveis nos faróis traseiros da viatura militar e danos visíveis nos faróis dianteiros da viatura civil.

Do acidente não resultaram quaisquer feridos.

Esteve presente no local a Guarda Nacional Republicana, a qual elaborou Auto por Ocorrência de Acidente de Viação, tendo sido também realizados testes de alcoolemia a ambos os condutores, os quais resultaram negativos.

São testemunhas dos factos constatados (Identificação completa das testemunhas – Nome, NIM/Posto ou Identificação Civil e Morada completa):

A...

B...

... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)

O Participante (Assinatura e Posto)

203. Auto de Notícia

O auto de notícia será o documento escrito através do qual se leva ao conhecimento da entidade competente (neste caso o Comandante, Director ou Chefe da U/E/O) a ocorrência de determinado AV, sendo normalmente lavrada pelo Oficial de Dia à U/E/O a que estava adstrita a viatura militar sinistrada.

204. Minuta – Exemplo de Auto de Notícia

Aos ... dias do mês de ... do ano de ..., e na ... (U/E/O), eu S... (nome e posto), encontrando-me de Oficial de Dia, tomei conhecimento por comunicação verbal de M... (nome e posto), que a viatura ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., destinada ao serviço de ... e conduzida por F... (nome e posto), detentor da licença

de condução n.º ..., foi interveniente num acidente de viação ocorrido aos ... dias do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, na Rua ..., junto aos semáforos situados defronte do prédio n.º ...

O referido acidente ocorreu quando a viatura militar parou no semáforo em questão, tendo outra viatura ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., conduzida e propriedade de J... (nome, bilhete de identidade, carta de condução), segurada na Companhia de Seguros X... (Identificação e número da apólice), embatido na sua traseira, tendo provocado danos visíveis nos faróis traseiros da viatura militar e danos visíveis nos faróis dianteiros da viatura civil.

Na viatura militar apenas seguia o condutor. Na viatura civil apenas seguia o condutor. Do acidente não resultaram quaisquer feridos.

Esteve presente no local a Guarda Nacional Republicana, a qual elaborou Auto por Ocorrência de Acidente de Viação, tendo sido também realizados testes de alcoolemia a ambos os condutores, os quais resultaram negativos.

São testemunhas dos factos alegados (Identificação completa das testemunhas – Nome, NIM/Posto ou Identificação Civil, e Morada completa):

D...

E...

Em face dos factos descritos ordenei que ... (descrição de providências eventualmente tomadas e de outros elementos considerados pertinentes).

... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)

O Oficial de Dia (Assinatura e Posto)

CAPÍTULO 3. DESPACHO DE INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR POR ACIDENTE DE VIAÇÃO

301. Introdução

- a. O Despacho de Instauração do Processo Disciplinar por Acidente de Viação é o acto processual mediante o qual a entidade competente determina que se inicie um processo disciplinar. Constitui, pois, o primeiro acto do processo disciplinar.
- b. A entidade competente para proferir o despacho de instauração é aquela que tiver competência disciplinar, a qual assenta no poder de comando, direcção ou chefia e nas correspondentes relações de subordinação (Art.º 64.º do RDM).
- c. O exercício da acção disciplinar não depende de participação, queixa ou denúncia (Art.º 74.º do RDM).
- d. O processo disciplinar é imediata e obrigatoriamente instaurado sempre que haja conhecimento de actos que possam implicar a responsabilidade disciplinar de algum ou alguns militares, devendo esse facto ser imediatamente notificado ao arguido (Art.º 75.º do RDM).

302. Conteúdo

O despacho de instauração de processo disciplinar deve conter:

- a. Sintética fundamentação de facto e de direito, a qual poderá remeter para a participação, queixa ou denúncia, se as houver, formulando um juízo de valor quanto à potencial ilicitude dos factos, de modo a justificar o procedimento disciplinar (a decisão de instaurar processo disciplinar contra um determinado arguido, resulta da ponderação que a entidade competente fará dos factos que àquele são imputados, face aos deveres militares a que se encontra obrigado; não é, por conseguinte, uma decisão arbitrária ou “caprichosa”. É essa ponderação que, de modo muito sucinto, deve ficar consignada no despacho de instauração) – Art.º 268.º n.º 3 da Constituição da República Portuguesa - doravante CRP - e Arts. 124.º e 125.º do Código do Procedimento Administrativo - doravante CPA.
- b. O nome e o posto do(s) arguido(s).
- c. A nomeação do Oficial Instrutor com indicação do nome e posto, o qual deverá ser de posto e antiguidade superior ao do arguido, havendo preferência, de entre estes, os que sejam licenciados em Direito (Art.º 90.º do RDM)

d. A data, assinatura e identificação de quem despacha.

303. Minuta – Exemplo de Despacho de Instauração de Processo Disciplinar por Acidente de Viação - Sobre Participação ou Auto de Notícia precedente

Considerando os factos constantes da presente participação (auto de notícia), instaure-se processo disciplinar por acidente de viação contra F (posto, NIM e nome), nos termos previstos na Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966 e no Regulamento de Disciplina Militar (RDM).

Para Oficial Instrutor nomeio S ... (posto e nome), a quem a Secretaria deverá fazer a entrega do presente despacho, participação (auto de notícia) e demais documentos (se os houver).

... (Local), ... de de ...

O Comandante (Director ou Chefe) (Assinatura e Posto)

304. Minuta – Exemplo de Despacho de Instauração de Processo Disciplinar por Acidente de Viação - Infracção directamente constatada

No passado dia ... pelas ... horas e ... minutos, na ... (local do AV), quando me deslocava para ..., na viatura ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., conduzida por F... (nome e posto), detentor da licença de condução n.º ..., a referida viatura foi interveniente num acidente de viação.

O acidente ocorreu quando a viatura militar parou num semáforo, tendo a viatura civil ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., conduzida e propriedade de J... (nome, bilhete de identidade, carta de condução), segurada na Companhia de Seguros X... (Identificação e número da apólice), embatido na sua traseira, o que provocou danos visíveis nos faróis traseiros da viatura militar e danos visíveis nos faróis dianteiros da viatura civil.

Na viatura militar seguia a minha pessoa e o condutor. Na viatura civil apenas seguia o condutor. Do acidente não resultaram quaisquer feridos.

Esteve presente no local a Guarda Nacional Republicana, a qual elaborou Auto por Ocorrência de Acidente de Viação, tendo sido também realizados testes de alcoolemia a ambos os condutores, os quais resultaram negativos.

São testemunhas dos factos alegados (Identificação completa das testemunhas – Nome, NIM/Posto ou Identificação Civil, e Morada completa):

D...

E...

Considerando o supra exposto, instaure-se processo disciplinar contra F (posto, NIM e nome), nos termos previstos na Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966 e no Regulamento de Disciplina Militar (RDM).

Para Oficial Instrutor nomeio S ... (posto e nome), a quem a Secretaria deverá fazer a entrega do presente despacho, participação (auto de notícia) e demais documentos (se os houver).

... (Local), ... de de ...

O Comandante (Director ou Chefe) (Assinatura e Posto)

CAPÍTULO 4. PROCESSO DISCIPLINAR POR ACIDENTE DE VIAÇÃO

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

401. A Audiência e os Direitos do Arguido

Assume a qualidade de arguido todo aquele contra quem for instaurado processo disciplinar (Art.º 75.º do RDM).

São direitos fundamentais do arguido, os seguintes:

- a. O direito de ser imediatamente notificado da instauração, contra si, de um processo disciplinar (Art.º 75.º *in fine* do RDM).
- b. O direito de ser ouvido a seu requerimento, ou sempre que o Oficial Instrutor do processo disciplinar o reputar conveniente, até se ultimar a instrução, podendo ser acareado com testemunhas (Art.º 94.º n.º 2 do RDM).
- c. O direito de não responder sobre os factos que lhe são imputados (Art.º 94.º n.º 3 do RDM).
- d. O direito de requerer, durante a instrução, ao Oficial Instrutor a realização de diligências probatórias para que este tenha competência e que forem consideradas por aquele como essenciais ao apuramento da verdade, podendo ainda oferecer prova ao processo (Art.º 94.º n.º 4 do RDM).
- e. O direito de receber uma Acusação onde, para além da sua identidade, sejam especificados os factos que lhe são imputados e as circunstâncias de tempo, modo e lugar em que os mesmos foram praticados, os deveres militares e as normas infringidas, bem como o prazo para a apresentação da defesa (Art.º 98.º n.º 1 do RDM).
- f. O direito de apresentar, por escrito, a sua defesa, no prazo de 10 dias úteis, a contar da notificação da acusação (Art.º 99.º n.º 1 do RDM).
- g. O direito de constituir defensor e de, por seu intermédio, intervir no processo (Art.º 77.º do RDM).
- h. O direito de consultar o processo e de requerer a passagem de certidões do mesmo (Art.º 76.º do RDM).
- i. O direito de opor suspeição do Oficial Instrutor do processo disciplinar, sempre que suspeite da sua isenção ou imparcialidade (Art.º 91.º do RDM).

- j. O direito de impugnar, pelos meios legalmente previstos, as decisões em matéria disciplinar (Arts. 121.º e seguintes do RDM).

No desenvolvimento dos direitos que enunciamos, importa considerar:

- a. Direito do arguido ser imediatamente notificado da instauração, contra si, de um processo disciplinar.

- (1) Tal direito vem previsto no Art.º 75.º *in fine* do RDM, sendo a primeira comunicação ao arguido de que contra ele foi instaurado um processo disciplinar.

- (2) A falta desta comunicação constituirá uma nulidade, que não será insanável, nem de conhecimento oficioso, e que se considerará sanada, se não for expressamente invocada pelo arguido, ou seu defensor, até ao decurso do prazo previsto para a emissão da decisão final a que se refere o Art.º 106.º do RDM.

- (3) Não obstante, se invocada, em tempo, pelo arguido ou pelo seu defensor, afectará todos os actos que já tiverem sido praticados no processo, obrigando à sua repetição, sendo, pois, de sobremaneira importante cumprir esta exigência legal.

- b. O direito de ser ouvido, a seu requerimento, ou sempre que o Oficial Instrutor do processo disciplinar o reputar conveniente, até se ultimar a instrução, podendo ser acareado com testemunhas.

- (1) Tal direito encontra-se previsto no Art.º 94.º n.º 2 do RDM, constituindo um direito fundamental do arguido.

- (2) A violação deste direito constituirá uma nulidade insanável por força do disposto no Art.º 78.º n.º 1 alínea a) do RDM.

- c. O direito de não responder sobre os factos que lhe são imputados (Art.º 94.º n.º 3 do RDM).

- (1) Relativamente aos factos que lhe são imputados, e que podem configurar elementos constitutivos de infracção disciplinar, o Arguido tem o direito ao silêncio, tanto podendo calar-se como responder afirmativa ou negativamente e daqui deriva que ele não pode ver desfavorecida a sua posição por não ter exercido o direito ao silêncio, o qual não pode ser de modo algum valorado como indício ou presunção de culpa, nem ser atendido para efeito de fixação de pena disciplinar.

- (2) Como foi entendido no Acórdão do STJ de 30 de Janeiro de 2002 (Proc. N.º 3063/01 – 3.ª; SASTJ, n.º 57,70) «*Se o direito ao silêncio não pode prejudicar, também não beneficia o arguido que dele usa, desde logo porque não significa confissão, nem também traz ao de cima arrependimento*»
- d. O direito de requerer, durante a instrução, ao Oficial Instrutor a realização de diligências probatórias para que este tenha competência e que forem consideradas por aquele como essenciais ao apuramento da verdade, podendo ainda oferecer prova ao processo (Art.º 94.º n.º 4 do RDM).
- (1) Para concretização da sua defesa pode o arguido indicar testemunhas ou quaisquer outros meios de prova, ou seja, exames, inspecções, reconstituições, peritagens, etc.
- (2) A regra é a de que todas as testemunhas indicadas devem ser ouvidas, assim como deverão ser realizadas as demais diligências de prova requeridas, devendo ser indeferidas apenas as diligências consideradas desnecessárias, inúteis, impertinentes ou dilatórias (Art.º 94.º n.º 5 do RDM).
- (3) O indeferimento das diligências requeridas, com base nesse fundamento, deverá constar de despacho fundamentado, despacho este que deve ser notificado ao arguido. Em caso de dúvida será sempre preferível realizar a diligência de prova requerida pelo arguido, uma vez que a sua omissão, se for considerada relevante para a descoberta da verdade, constitui nulidade insanável, por força do disposto no Art.º 78.º n.º 1 alínea c) do RDM.
- e. O direito de receber uma Acusação onde, para além da sua identidade, sejam especificados os factos que lhe são imputados e as circunstâncias de tempo, modo e lugar em que os mesmos foram praticados, os deveres militares e as normas infringidas, bem como o prazo para a apresentação da defesa (Art.º 98.º n.º 1 do RDM).
- (1) A Acusação deve conter todos os factos que se imputem ao arguido com relevância disciplinar, circunstanciando devidamente as condições de tempo, modo e lugar, bem como os deveres militares e normas infringidas e o prazo para apresentação de defesa.
- (2) O objectivo fundamental da Acusação é dar a conhecer ao arguido a factualidade que lhe é imputada, ou seja, de que é acusado, de modo a permitir-lhe exercer o direito de defesa; esse objectivo só será alcançado se, com transparência e objectividade, se reduzirem a escrito os factos que determinaram a instauração do processo disciplinar.

- (3) A omissão da notificação da Acusação ao arguido, bem como a insuficiente individualização na acusação das infracções imputadas e dos correspondentes preceitos legais violados, constituirá nulidade insanável por força do disposto no Art.º 78.º n.º 1 alíneas a) e b) do RDM.
- f. O direito de apresentar, por escrito, a sua defesa, no prazo de 10 dias úteis, a contar da notificação da Acusação (Art.º 99.º n.º 1 do RDM).
- Na sua defesa, o arguido, deve expor, de forma clara e concisa, as razões de facto e de direito da discordância relativamente à Acusação, bem como indicar o seu rol de testemunhas e requerer a realização de quaisquer outras diligências de prova.
- g. O direito de constituir defensor e de, por seu intermédio, intervir no processo (Art.º 77.º do RDM).
- (1) Nos termos do Art.º 77.º n.º 1 do RDM, o arguido pode constituir defensor, podendo este ser advogado ou oficial das Forças Armadas.
- (2) O defensor pode assistir ao interrogatório do arguido e a todas as diligências em que este participe, a suas expensas e sob sua responsabilidade (Art.º 77.º n.º 2 do RDM).
- (3) Assim, é admissível a intervenção, no processo disciplinar, do defensor do arguido, sendo, no entanto, indispensável que o mesmo junte documento que lhe confira poderes para tal.
- h. O direito de consultar o processo e de requerer a passagem de certidões do mesmo (Art.º 76.º do RDM).
- (1) A fim de preparar a sua defesa pode o arguido, por si ou por intermédio do seu defensor constituído, consultar o seu processo disciplinar, dentro do horário normal de funcionamento da respectiva U/E/O (Arts. 76.º e 100.º n.º 1 do RDM).
- (2) Com o mesmo fim, pode ainda o arguido, por si ou por intermédio do seu defensor constituído, requerer a passagem de certidões de peças do processo disciplinar, ficando estes vinculados ao dever de segredo. (Art.º 76.º n.º 2 do RDM). A passagem de certidões, mediante requerimento escrito dirigido ao Oficial Instrutor do processo, só é permitida quando destinadas à defesa de interesses legítimos, devendo o requerimento especificar o fim a que se destinam e podendo ser proibida a sua divulgação (Art.º 76.º n.º 3 do RDM).

- (3) O indeferimento do requerimento, supra referido, deve ser fundamentado e comunicado ao interessado, no prazo de 7 dias úteis (Art.º 76.º n.º 4 do RDM).
 - (4) Por fim, pode ainda, o arguido ou o seu defensor, requerer, por escrito ou verbalmente, a confiança do processo, sempre que das peças pretendidas para a defesa não lhe possam ser fornecidas fotocópias (Art.º 100.º n.º 2 do RDM e Art.º 169.º n.º 1 do Código de Processo Civil – doravante CPC).
 - (5) Compete à U/E/O facultar a confiança do processo, pelo prazo de 5 dias corridos, que pode ser reduzido se causar embaraço grave ao andamento do processo, sendo que, se o processo não for entregue pelo requerente, dentro do prazo fixado, pode haver lugar à aplicação de multa (Art.º 169.º n.º 3 e Art.º 170.º do CPC).
- i. O direito de opor suspeição do Oficial Instrutor do processo disciplinar, sempre que suspeite da sua isenção ou imparcialidade (Art.º 91.º n.º 2 do RDM).
- Ao arguido é facultado o direito de opor suspeição do Oficial Instrutor do processo, sempre que ocorra circunstância pela qual possa razoavelmente suspeitar-se da sua isenção ou imparcialidade (Art.º 91.º n.º 1 e 2 do RDM), designadamente:
- (1) Se o Oficial Instrutor tiver sido directa ou indirectamente atingido pela infracção;
 - (2) Se o Oficial Instrutor for parente na linha recta ou até ao 3.º grau na linha colateral do arguido, do participante ou do militar, funcionário, agente ou particular ofendido, bem como de alguém que com os referidos indivíduos viva em economia comum;
 - (3) Se estiver pendente em tribunal processo em que o Oficial Instrutor e o arguido ou o participante sejam partes;
 - (4) Se o Oficial Instrutor for credor ou devedor do arguido ou do participante ou de algum parente na linha recta ou até ao 3.º grau na linha colateral;
 - (5) Se houver inimizade grave ou grande intimidade entre o arguido e o Oficial Instrutor, ou entre este e o participante ou ofendido.
 - (6) Com os mesmos fundamentos pode o Oficial Instrutor do processo pedir escusa (dispensa de funções), à entidade que o nomeou (Art.º 91.º n.º 1 do RDM).
- j. Direito de impugnar, pelos meios legalmente previstos, as decisões em matéria disciplinar (Art.º 121.º e seguintes do RDM).

- (1) É um direito do arguido, solicitar a reapreciação, pela via administrativa ou jurisdicional, das decisões em matéria disciplinar, com as quais não se conforme.
- (2) No âmbito do Regulamento de Disciplina Militar, pode o arguido impugnar as decisões em matéria disciplinar, por quatro meios:
 - (1) Reclamação;
 - (2) Recurso Hierárquico;
 - (3) Recurso de Revisão;
 - (4) Impugnação Contenciosa.

402. Notificação ao Arguido da Instauração do Processo Disciplinar por Acidente de Viação

- a. Após o despacho de instauração do processo disciplinar, o arguido deve, nos termos do Art.º 75.º *in fine* do RDM, ser imediatamente notificado da pendência, contra si, de um processo disciplinar.
- b. Tal notificação deverá conter:
 - (1) Data do despacho de instauração e identificação da entidade subscritora do mesmo.
 - (2) N.º do Processo Disciplinar.
 - (3) Direitos e deveres que assistem ao arguido, nos termos da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966, do Regulamento de Disciplina Militar e demais legislação subsidiária.
 - (4) Indicação de que, nos termos do Art.º 27.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966, a espontânea reparação dos danos resultantes de um acidente de viação constitui circunstância atenuante no julgamento das infracções cometidas.
 - (5) Identificação do Oficial Instrutor nomeado.
 - (6) Indicação de que, nos termos do Art.º 76.º do RDM, o processo disciplinar é de natureza secreta até à notificação da Acusação, apenas lhe sendo legalmente permitida a consulta do processo ou a passagem de certidões, após esse acto.

403. Minuta – Exemplo de Notificação de Instauração de Processo Disciplinar por Acidente de Viação

Pela presente fica P ... (posto, NIM e nome do arguido) notificado de que por despacho de .../.../....., do Exmo. Comandante de, foi constituído arguido no

processo disciplinar por acidente de viação n.º, que corre termos na Secção de Pessoal, tendo sido nomeado Oficial Instrutor do mesmo S ... (posto e nome).

Nos termos do Regulamento de Disciplina Militar (RDM), assistem-lhe os seguintes direitos:

- a) O direito de ser imediatamente notificado da instauração, contra si, de um processo disciplinar (Art.º 75.º in fine do RDM).*
- b) O direito de ser ouvido a seu requerimento, ou sempre que o Oficial Instrutor do processo disciplinar o reputar conveniente, até se ultimar a instrução, podendo ser acareado com testemunhas (Art.º 94.º n.º 2 do RDM)*
- c) O direito de não responder sobre os factos que lhe são imputados (Art.º 94.º n.º 3 do RDM).*
- d) O direito de requerer, durante a instrução, ao Oficial Instrutor a realização de diligências probatórias para que este tenha competência e que forem consideradas por aquele como essenciais ao apuramento da verdade, podendo ainda oferecer prova ao processo (Art.º 94.º n.º 4 do RDM).*
- e) O direito de receber uma Acusação onde para além da sua identidade, sejam especificados os factos que lhe são imputados e as circunstâncias de tempo, modo e lugar em que os mesmos foram praticados, os deveres militares e as normas infringidos, bem como o prazo para a apresentação da defesa (Art.º 98.º n.º 1 do RDM).*
- f) O direito de apresentar por escrito, a sua defesa, no prazo de 10 dias úteis, a contar da notificação da Acusação (Art.º 99.º n.º 1 do RDM).*
- g) O direito de constituir defensor e de, por seu intermédio, intervir no processo (Art.º 77.º do RDM).*
- h) O direito de consultar o processo e de requerer a passagem de certidões do mesmo (Art.º 76.º do RDM).*
- i) O direito de opor suspeição do Oficial Instrutor do processo disciplinar, sempre que suspeite da sua isenção ou imparcialidade (Art.º 91.º do RDM).*
- j) O direito de impugnar, pelos meios legalmente previstos, as decisões em matéria disciplinar (Art.º 121.º e seguintes do RDM)*

Tem o dever de responder com verdade sobre a sua identidade e antecedentes criminais, bem como sujeitar-se a diligências de prova e comparecer quando tal seja determinado pela entidade competente (Art.º 61.º n.º 3 do CPP).

De acordo com o previsto no Art.º 76.º do RDM, o processo disciplinar é de natureza secreta até à notificação da Acusação, apenas lhe sendo legalmente permitida a consulta do processo ou a passagem de certidões, após esse acto.

Nos termos do Art.º 27.º da Portaria n.º 22 396, de 27 de Dezembro de 1966, a espontânea reparação dos danos resultantes de um acidente de viação constitui circunstância atenuante no julgamento das infracções cometidas.

... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)

O Oficial Instrutor (Assinatura e Posto)

SECÇÃO II – PRODUÇÃO E REGISTO DA PROVA

404. A Instrução do Processo Disciplinar por Acidente de Viação
- a. De acordo com o Artigo 19.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966, o PDAV deve ser concluído no prazo de 30 dias úteis, após a data da ocorrência do acidente de viação.
 - b. Este prazo justifica-se não só pelo que já ficou dito sobre os assinaláveis custos financeiros e pela erosão da imagem pública do Exército que tais atrasos acarretam, mas também pela necessidade de evitar a criação de hiatos temporais entre a infracção praticada pelo arguido e a correspondente punição, o que a verificar-se, dará a esta um certo sentido de extemporaneidade, colocando em causa todos os propósitos pedagógicos e preventivos de que deveria estar imbuída, correndo-se o risco de se criar um indesejável sentimento de impunidade.
 - c. Já quanto à instrução do processo disciplinar inexistente, na Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966, um prazo para se proceder ao início da instrução do PDAV, pelo que deve aplicar-se, subsidiariamente, o prazo previsto no Art.º 93.º n.º 1 do RDM. Assim, o PDAV deverá ser iniciado no prazo de 5 dias úteis, contados da data da notificação ao Oficial Instrutor do despacho que o nomeou.
 - d. Neste contexto, sugere-se que, logo no momento de abertura da instrução do PDAV, se proceda à execução do maior número possível de diligências, solicitando, designadamente:
 - (1) A participação à autoridade ou autoridades que tomaram conta da ocorrência;
 - (2) A nomeação dos peritos;
 - (3) A fotocópia do boletim de serviço da viatura militar;

- (4) A declaração que ateste a natureza do serviço desempenhado;
 - (5) A folha de matrícula do arguido;
 - (6) A fotocópia do boletim de condução do arguido;
 - (7) A presença do arguido para prestar declarações;
 - (8) A presença dos restantes intervenientes no acidente de viação para prestarem declarações ou serem inquiridos, notificando-os de que deverão comparecer tendo na sua posse os documentos que se considerarem pertinentes, e desde logo, indagando a sua disponibilidade para estarem presentes na realização da reconstituição do acidente em determinada data.
- e. Nos termos do Artigo 19.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966, a conclusão do processo disciplinar em prazo superior a 30 dias apenas é admitida em casos de força maior, devidamente justificados.
- f. Entendemos estarmos perante situações de força maior quando circunstâncias excepcionais não tenham permitido concluir o processo no prazo determinado, pelo que o instrutor, findo o mesmo, fará os autos presentes ao Comandante/Director/Chefe que o nomeou, com parecer justificativo da demora, competindo a este prorrogar o referido prazo na medida do estritamente necessário, não devendo exceder, em regra, 90 dias (Art.º 93.º n.º 2 do RDM). O arguido deve ser notificado da prorrogação concedida (Art.º 93.º n.º 3 do RDM).
- g. A demora deve ser objectiva e discriminadamente justificada, tendo o Comandante/Director/Chefe o poder/dever de apreciar a sua validade material. Por exemplo, poderá ser razoável a concessão de uma prorrogação de prazo no caso de manifesta falta de colaboração por parte do interveniente civil, faltando ou não se disponibilizando para a realização das diligências necessárias, já não o será, no caso de o prazo se esgotar sem a realização de diligências imprescindíveis por mera passividade do Oficial instrutor, facto que importará consequências disciplinares.
- h. É de relevar, contudo, que o acto de prorrogação do prazo pelo Comandante/Director/Chefe, constitui uma justificação formal, não inibindo as instâncias superiores de apreciar se aquela justificação teve fundamento material, ou seja, se havia razões de facto que justificassem o incumprimento do prazo.
- i. Sobre a falta de colaboração dos intervenientes estranhos ao Exército, cumpre alertar que só se considerará justificativa dentro da medida do razoável, ou seja,

ao Oficial instrutor será exigível que avalie, em função de critérios de razoabilidade, até quando valerá aguardar pela colaboração do interveniente estranho ao Exército. Quando avalie que tal colaboração não é imprescindível, podendo ocorrer atrasos que lesem a celeridade processual e o consequente cumprimento dos prazos para a conclusão do PDAV em questão, deverá propor superiormente que o PDAV siga os seus trâmites.

- j. A título de exemplo, enumeram-se algumas das situações mais comuns:
- (1) O interveniente estranho ao Exército não comparece, quer para prestar declarações, quer à reconstituição do acidente (embora aqui a sua falta não seja impeditiva da realização daquela reconstituição) ou não entrega os documentos solicitados pelo Oficial instrutor, ou não disponibiliza o seu veículo, ou o bem danificado, para a realização da necessária peritagem;
 - (2) A Companhia de Seguros do interveniente estranho ao Exército não toma posição sobre a qual dos intervenientes no AV se deverá imputar a culpa pela sua produção, ou assumindo esta, demora a proceder ao pagamento da indemnização dos danos emergentes do acidente de viação.
- k. Em qualquer destas situações, após a realização comprovada de contactos (nomeadamente, por carta registada com aviso de recepção) e uma dilação que, sugere-se, não deve ultrapassar os trinta dias após o primeiro contacto, o Oficial Instrutor deve fazer seguir o PDAV, já que, de outra forma, poderá o Exército/Estado Português, correr o risco de ficar inibido de proceder à propositura de uma eventual acção judicial, por se terem esgotado os prazos legais para o fazer (prazo de prescrição).
- l. Cabe aos Órgãos Centrais de Administração e Direcção, definidos no Art.º 12.º n.º 2 da Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro (Comando do Pessoal, Comando da Logística e Comando da Instrução e Doutrina), ao Comando das Forças Terrestres e Comandos de Zona Militar (Açores e Madeira), previstos, respectivamente, nos Arts. 16.º e 17.º do mesmo Decreto-Lei, a fiscalização do cumprimento do prazo para a conclusão do PDAV e, quando excedido, a apreciação dos motivos alegados como justificação, o que significa verificar a sua validade material, face às circunstâncias concretas em que foi instruído o PDAV e as do próprio acidente de viação.
- m. Recomenda-se a estas entidades que concedam prioridade à análise dos PDAV, de modo a que os mesmos sejam presentes, no prazo máximo de 40 dias úteis a

contar da data da ocorrência do AV, à entidade que decide, se a competência exceder a dos respectivos Comandantes. (Art.º 19.º § 2 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).

- n. Ficam deste prazo excepcionados os PDAV respeitantes a acidentes de viação ocorridos nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, em que aquele prazo de 40 dias úteis poderá ser excedido em 20 dias úteis, totalizando, portanto, 60 dias úteis, sendo que, contudo, para a instrução do PDAV se mantém o prazo de 30 dias úteis (Art.º 19.º § 2 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- o. Por fim, no que concerne aos prazos para a instrução do PDAV, importa ainda referir que o incumprimento injustificado dos prazos legais implica responsabilidade disciplinar do Oficial Instrutor do PDAV (Art.º 20.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966) – Sobre esta matéria aconselha-se a leitura das Circulares n.º 3/78, de 14MAR1978, n.º 3/80, de 12FEV1980, e n.º 9/82, de 31 MAI1982, todas da Direcção de Justiça e Disciplina.
- p. Na fase de instrução do PDAV, o Oficial Instrutor deve autuar a Participação ou Auto de Notícia, bem como o despacho liminar de instauração e proceder às diligências necessárias à conveniente instrução do PDAV.
- q. Essas diligências de prova têm, no processo disciplinar, a finalidade do apuramento exaustivo de todos os factos relevantes para uma completa descoberta da verdade, tendo em vista a relevância disciplinar da conduta imputada ao arguido e consequente decisão final do processo, a proferir pela entidade competente.

405. Meios de Prova no Processo Disciplinar por Acidente de Viação

- a. É o Art.º 11.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966 que define quais os meios de prova que deverão obrigatoriamente constar ou ser produzidos no PDAV.
- b. Assim, deverão constar do PDAV ou nele ser produzidos os seguintes meios de prova:
 - (1) Prova Documental;
 - (2) Prova por Declarações;
 - (3) Prova Testemunhal;
 - (4) Prova Pericial;
 - (5) Prova por Reconstituição do Facto.

SECÇÃO III – PROVA DOCUMENTAL

406. Prova Documental

- a. A prova documental consiste na junção aos Autos dos documentos idóneos e adequados à comprovação de determinados factos.
- b. Os documentos devem ser integrados no processo mediante o adequado “termo de juntada” e dele passam a fazer parte como verdadeiras peças processuais, das quais o Oficial Instrutor extrairá os factos relevantes para o apuramento da verdade e valoração disciplinar da conduta do arguido (Arts. 164.º e seguintes do CPP).

407. Prova Documental relativa ao Arguido

- a. No caso de o arguido ser militar, deverá constar do PDAV uma fotocópia autenticada da sua folha de matrícula, com especial referência ao registo disciplinar, aos prémios, condecorações e louvores, ao regime de prestação de serviço em que se encontra (QP, RC ou RV) e data prevista, se for o caso, de passagem à situação de reserva de disponibilidade (Art.º 11.º § 14.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- b. No caso do arguido ser funcionário civil, constará do PDAV fotocópia autenticada da sua Ficha Biográfica, com especial destaque para o tipo de vínculo laboral que o liga à instituição militar (Art.º 11.º § 14.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- c. Deverá constar ainda do PDAV, independentemente do arguido ser militar ou civil, fotocópia do seu boletim de condução (Art.º 11.º § 14.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- d. No caso do arguido ser funcionário civil deverá ser inserida no PDAV uma declaração do vencimento ílquido auferido por aquele à data do acidente de viação, sendo suficiente uma fotocópia autenticada do boletim respeitante ao vencimento auferido no mês em que ocorreu o acidente de viação. A pertinência da junção deste elemento prende-se com a aplicação de eventual pena de multa.
- e. No caso do arguido ser militar, e atendendo ao disposto nos Arts. 21.º e 22.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966, deverá ainda constar do PDAV, a proposta do Oficial Instrutor, e respectivo despacho do Comandante/Director/Chefe, relativa à cassação do boletim de condução do arguido ou, em alternativa, a sua não cassação devidamente justificada de acordo com as circunstâncias constantes nas alíneas a) e b) do Art.º 21.º da Portaria n.º 22 396, de

27DEC1966 – Sobre esta matéria aconselha-se a leitura das Circulares n.º 4/78, de 22MAR1978 e n.º 5/80, de 11ABR1980, ambas da Direcção de Justiça e Disciplina.

- f. Caso exista inicialmente cassação do boletim de condução, mas posteriormente se venha a concluir que o mesmo deve ser devolvido ao arguido, deverá também constar do PDAV a proposta de devolução do Oficial Instrutor, devidamente fundamentada com base nas circunstâncias constantes nas alíneas a) e b) do Art.º 21.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966, e respectivo despacho do Comandante/Director/Chefe nesse sentido (Art.º 22.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
 - g. Quando invocadas, pelo arguido, deficiências físicas ou psíquicas como causa do acidente de viação, deve constar do PDAV, relatório de exame médico relativo às suas condições psicofísicas (Art.º 11.º § 11 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
 - h. Numa situação de pluralidade de arguidos, proceder-se-á à instrução de um único PDAV, salvo se houver um interesse relevante que justifique uma separação. No final, extrair-se-ão certidões do PDAV para inserção nos respectivos Processos Individuais.
408. Prova Documental relativa a Intervenientes Estranhos ao Exército
- a. Constarão dos autos, preferencialmente, fotocópias autenticadas de algum documento de identificação do condutor de viatura civil, interveniente no acidente de viação (Por ex. bilhete de identidade, passaporte, etc.) e da respectiva licença de condução (Art.º 11.º § 3 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
 - b. O mesmo se aplica relativamente a outros intervenientes no acidente de viação, que não os condutores, designadamente, aos peões, embora naturalmente quanto a estes apenas no que respeita aos respectivos documentos de identificação (Art.º 11.º § 3 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
 - c. Deve constar também do PDAV, fotocópia autenticada do título de registo de propriedade ou do documento único automóvel do veículo interveniente, ou outro documento idóneo (v.g. declaração de venda), comprovativo da identidade do proprietário do mesmo. (Art.º 11.º § 3 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966). Deve ser prestada atenção especial à data de emissão destes documentos, porquanto, algumas vezes, surgem a invocar a qualidade de credores de

indenizações, entidades que, à data do acidente, não figuravam no respectivo registo como proprietários.

- d. É necessário igualmente proceder-se à identificação, no PDAV, dos proprietários de outros bens que eventualmente tenham sofrido danos em função da ocorrência do acidente de viação. A título meramente exemplificativo, os bens lesados, neste caso, podem ser habitações, postes, candeeiros de iluminação pública, muros, sinais de regulação do trânsito, barreiras de protecção, etc.
- e. Por fim, deverá ser identificada a Companhia de Seguros da viatura civil, o número de apólice que titula o respectivo contrato de seguro e sua validade. Mesmo nos casos em que, aparentemente, a culpa pela produção do acidente de viação é atribuível ao arguido, competindo ao Estado proceder ao ressarcimento pelos danos provocados, deve ser inserido no PDAV uma fotocópia da «carta verde» ou de qualquer outro documento que comprove a existência de contrato de seguro da viatura civil, devendo, de igual forma, constar informação acerca do tipo de riscos cobertos por esse contrato de seguro (v.g. se cobre “danos próprios” ou se cobre apenas os danos provocados em terceiros) - (Art.º 11.º § 3 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- f. No caso de não ter sido possível identificar, junto do interveniente civil, a identificação da sua Companhia de Seguros, número de apólice e sua validade, deverá o Oficial Instrutor diligenciar, junto do Instituto de Seguros de Portugal, a obtenção dos aludidos dados mediante a indicação da matrícula do veículo civil em questão.

409. Prova Documental relativa à Viatura Militar

- a. Deve constar do PDAV fotocópia autenticada do boletim de serviço da viatura militar uma vez que este regista a actividade rodoviária da viatura no período temporal a que respeita (Art.º 11.º § 14 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966) - Sobre o preenchimento do boletim de serviço da viatura militar aconselha-se a leitura da Circular n.º 21/79, de 27DEC1979, da Direcção de Justiça e Disciplina.
- b. Deve, ainda, ser junta uma declaração do Comandante/Director/Chefe atestando que, de facto, aquela viatura militar, conduzida por aquele condutor no momento do acidente, se encontrava no desempenho de serviço superiormente determinado, uma vez que o boletim de serviço dessa viatura apesar de conter o respectivo registo da actividade rodoviária não identifica a natureza do transporte efectuado, devendo consequentemente ser discriminado o tipo de serviço em

causa - Sobre a necessidade da declaração referida aconselha-se a leitura da Circular n.º 14/80 de 26SET1980, da Direcção de Justiça e Disciplina.

- c. É, ainda, necessário que se proceda à junção de uma lista nominal dos militares e/ou civis transportados na viatura, contendo o seu nome, posto e número de identificação militar ou identificação civil, no momento da ocorrência do acidente de viação ou menção expressa que o condutor era o único ocupante (Art.º 11.º § 12 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- d. Caso a viatura militar se encontre abrangida por contrato de seguro deve ser junto ao PDAV fotocópia da apólice e da «carta verde» com especial destaque para o tipo de riscos cobertos.
- e. Do PDAV deverá constar informação a fornecer pela respectiva U/E/O, que utilizava a viatura à data do acidente de viação, sobre a situação da viatura militar à data do encerramento da instrução do PDAV, nomeadamente, se já se procedeu ou não, à sua reparação e, em caso afirmativo, quem a executou, qual o seu custo e quem suportou os respectivos encargos.
- f. Convém alertar, que as viaturas militares acidentadas não devem ser reparadas sem prévia autorização técnica da Repartição de Manutenção da Direcção de Material e Transportes do Comando da Logística.
- g. Caso o arguido invoque como causa do acidente de viação a ocorrência de uma deficiência mecânica na viatura militar, deve o Oficial instrutor solicitar a nomeação de peritos militares do Serviço de Material com vista à realização de um exame técnico ao veículo em causa. Neste caso, devem também ser recolhidas as declarações dos responsáveis pela manutenção da viatura militar – Sobre esta matéria versa também o Parágrafo n.º 416.
- h. Caso entenda necessário, poderá, o Oficial Instrutor, para melhor aquilatar da deficiência mecânica na viatura militar, solicitar que a mesma seja inspeccionada num Centro de Inspecção Periódica de Veículos Automóveis – Sobre esta matéria aconselhamos a leitura da NEP 9 – 9.01, de 23Dec2008, da DSM.

410. Prova por Declarações

- a. Na qualidade de declarantes, serão ouvidos, nomeadamente:
 - (1) O arguido;
 - (2) O chefe de viatura;
 - (3) O condutor da viatura civil;

- (4) O proprietário da viatura civil;
 - (5) O instrutor de condução;
 - (6) O peão sinistrado;
 - (7) O proprietário de bens danificados em virtude do acidente de viação;
 - (8) Pessoal encarregado da manutenção da viatura quando o acidente tenha origem em avaria mecânica ou quando seja suscitada essa possibilidade.
- b. Aos declarantes nunca é tomado juramento, apenas se procederá à sua identificação, uma vez que aqueles podem possuir interesse directo, ou indirecto, no despacho do processo, sendo essa a razão porque não são obrigados a efectuar juramento.
- c. O Oficial instrutor deve realizar a respectiva inquirição, de forma que os depoimentos sejam, na medida do possível, objectivos, simples e claros quanto ao modo e circunstâncias que rodearam o acidente de viação em causa, pelo que deve fazer perguntas de fácil compreensão, cristalinas e directas sobre os factos de que, eventualmente, o depoente possa ter conhecimento.
- d. Neste sentido, é fundamental que os depoentes indiquem a razão de ciência (o modo como obtiveram o conhecimento que procuram transmitir) e quaisquer circunstâncias que possam justificar o conhecimento dos factos (v.g. o local em que se encontravam no momento do acidente de viação, se viram o acidente de viação, ou apenas ouviram o ruído resultante do mesmo, qual dos veículos intervenientes chegou em primeiro lugar ao cruzamento, etc.).

411. Prova por Declarações do Arguido

- a. O arguido deverá ser ouvido, quanto à ocorrência e circunstâncias do acidente de viação, nos termos do Art.º 11.º § 2 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966.
- b. Relembremos, porém, que, nos termos do Art.º 94.º n.º 3 do RDM, assiste ao arguido o direito de não responder sobre os factos que lhe são imputados, sendo que, exercendo tal direito ao silêncio não pode ver desfavorecida a sua posição processual, uma vez que o seu silêncio não pode ser de modo algum valorado como indício ou presunção de culpa, nem ser atendido para efeito de fixação de pena disciplinar.
- c. Prestando declarações, deverá ser elaborado, pelo Oficial Instrutor, um Auto de Declarações, no qual se procederá à identificação do arguido e se recolherá todas as suas declarações.

- d. Como supra referimos, prestando declarações na qualidade de arguido, não deverá ser prestado juramento.
- e. No Auto de Declarações, o arguido, deverá indicar se assume, ou não, a responsabilidade pela produção do acidente de viação e, bem assim, se pretende proceder ao pagamento dos danos provocados (Art.º 11.º § 2 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- f. Nesta diligência, deverá, o Oficial Instrutor, esclarecer o arguido acerca das circunstâncias atenuantes consubstanciadas no pagamento espontâneo e voluntário dos prejuízos causados na eventualidade do mesmo vir a ser considerado culpado pela eclosão do acidente (Art.º 27.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966) - Sobre esta matéria aconselhamos a leitura da Nota Circular n.º 4626, de 08JUN1987 e da Circular n.º 6/85 de 05JUN1985 da Direcção de Justiça e Disciplina.
- g. Se o arguido se declarar culpado pela produção do acidente de viação e pretender proceder ao pagamento dos danos emergentes deste, deverá ser junto ao PDAV, um duplicado ou cópia autenticada do documento comprovativo do depósito que tenha efectuado na tesouraria da U/E/O competente bem como uma declaração da subsecção financeira da U/E/O que recebeu essa quantia e fotocópia da guia de receita da mesma nos Cofres do Estado, conforme modelo informatizado do sistema integrado de gestão (SIG) – Arts. 11.º § 9, 28.º e 39.º § 6 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966.

412. Prova por Declarações do Chefe de Viatura

- a. De acordo com o Art.º 23.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966, na falta de nomeação expressa de chefe de viatura, há que considerar que *"quando numa viatura militar seguir um militar de maior graduação ou antiguidade do que o condutor, assumirá ele o comando da viatura"*.
- b. Como supra referimos, prestando declarações na qualidade de chefe de viatura, não deverá ser prestado juramento.
- c. Alertamos apenas para o facto de, caso se venha a concluir que o acidente de viação ocorreu devido a excesso de velocidade, dever também ser constituído arguido o chefe da viatura. Isto deve-se ao facto de, assumindo ele a qualidade de chefe da viatura, ficar igualmente responsável pelo cumprimento das

disposições em vigor sobre circulação de veículos automóveis do Exército (Art.º 23.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).

- d. Há ainda a realçar que, se o veículo circular em instrução de condução, o PDAV será instaurado, desde logo, contra o instrutor, que em regra, neste caso concreto, é o chefe de viatura, o qual será necessariamente constituído arguido, salvo se provar que o acidente de viação resultou de desobediência intencional do instruendo às suas indicações de instrução ou, no caso da instrução ser ministrada em viatura de comando simples, lhe ser impossível intervir de modo a evitar o acidente. (Art.º 24.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).

413. Prova por Declarações dos Intervenientes Civis

- a. Em sede de Auto de Declarações, os intervenientes civis no acidente de viação deverão informar se assumem, ou não, a responsabilidade pela produção do acidente de viação e, bem assim, se pretendem, e como, proceder ao pagamento dos danos provocados (Art.º 11.º § 10 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- b. Como supra referimos, prestando declarações na qualidade de intervenientes no acidente de viação, não deverá ser prestado juramento.
- c. Nesta fase, deve o Oficial instrutor aproveitar a oportunidade para informar aqueles intervenientes acerca da tramitação do PDAV, até à decisão final, com indicação das várias entidades que, em cada momento, irão analisar aquele processo. (Art.º 61.º do Código do Procedimento Administrativo).

414. Prova por Declarações do Proprietário do Veículo Civil

- a. Nos casos em que o veículo envolvido não esteja em circulação efectiva e/ou quando o condutor e o proprietário forem sujeitos diferentes, deve, sempre que se repute de conveniente, proceder-se à audição do proprietário do veículo civil (Art.º 11.º § 10 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- b. Como supra referimos, prestando declarações na qualidade de proprietário do veículo civil, não deverá ser prestado juramento.
- c. Poderá ser conveniente ouvir o proprietário do veículo sobre o estado do mesmo antes do acidente de viação ou sobre se aceita o montante arbitrado pelos peritos militares para reparação das viaturas acidentadas.

415. Prova por Declarações de Eventuais Lesados

- a. Os eventuais lesados pelo acidente de viação deverão também ser ouvidos no PDAV para que se possa apurar todos os elementos referentes aos bens danificados.
- b. Prestando declarações na qualidade de lesados pelo acidente de viação não deverão também prestar juramento.

416. Prova por Declarações dos Responsáveis pela Manutenção da Viatura Militar

- a. Caso seja invocada, pelo arguido, qualquer deficiência mecânica da viatura militar como causa do acidente de viação, e que, pela sua natureza, possa responsabilizar o pessoal responsável pela manutenção da viatura militar, deve constar do PDAV auto de declarações dos responsáveis pela manutenção dessa viatura explicando se o plano de manutenção da mesma estava a ser correctamente seguido (Art.º 11.º § 8 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- b. Prestando declarações na qualidade de responsáveis pela manutenção da viatura militar pelo acidente de viação não prestarão juramento.
- c. Neste caso, e como supra já referimos, o Oficial Instrutor terá ainda de solicitar a nomeação de peritos militares do Serviço de Material com vista à realização de um exame técnico ao veículo em causa, e, caso entenda necessário, poderá, ainda, para melhor aquilatar da deficiência mecânica na viatura militar, solicitar que a mesma seja inspeccionada num Centro de Inspeção Periódica de Veículos Automóveis – Sobre esta matéria aconselhamos a leitura da NEP 9 – 9.01, de 22Dec2008, da DSM.

417. Prova Testemunhal

- a. A prova testemunhal consiste na inquirição de quaisquer pessoas sobre os factos que constituem a realidade subjacente ao processo disciplinar, no sentido de apurar exaustivamente a verdade. Trata-se, por conseguinte, de obter informação sobre todos os factos relevantes através da formulação de perguntas pertinentes e registo das correspondentes respostas.
- b. No PDAV deverão ser inquiridas, como testemunhas, todas as pessoas que possuam conhecimento de factos relativos ao acidente de viação, designadamente, os ocupantes das viaturas acidentadas e quaisquer outras pessoas que tenham conhecimento de factos relevantes relativos ao acidente (Art.º 11.º § 3, 12 e 13 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).

- c. A testemunha é inquirida sobre factos de que possua conhecimento directo e que constituam objecto da prova (Art.º 128.º n.º 1 do CPP), sendo obrigada a responder com verdade sobre os factos de que possua conhecimento e que constituam objecto de prova (Art.º 96.º n.º 1 do RDM), devendo prestar juramento sob pena de nulidade (Art.º 18.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- d. A prova testemunhal indirecta, ou seja, quando o depoimento resultar do que se ouviu dizer de pessoas determinadas, apenas poderá ser válida se o Oficial Instrutor chamar as mesmas a depor. Se o não fizer, o depoimento produzido não pode, naquela parte, servir como meio de prova, salvo se a inquirição das pessoas indicadas não for possível por morte, anomalia psíquica superveniente ou impossibilidade de serem encontradas (Art.º 129.º n.º 1 do CPP).
- e. Tem capacidade para depor como testemunha todo aquele que não estiver interdito por anomalia psíquica, tiver aptidão física e mental para depor sobre os factos que constituam objecto de prova, cabendo ao Oficial Instrutor avaliar aquela aptidão (Art.º 131.º do CPP).
- f. Não tem capacidade para depor como testemunha, quem tiver no processo algum empenhamento, directo ou indirecto. Assim, encontram-se impedidos de depor, como testemunhas, o arguido e os co-arguidos no mesmo processo ou em processos conexos, enquanto mantiverem aquela qualidade e os peritos em relação às perícias que tiverem realizado (Art.º 133.º do CPP). Quanto ao participante, ele poderá depor como testemunha, uma vez que aquela sua qualidade não o torna (ou, pelo menos, não o deverá tornar) especialmente interessado no desfecho do processo.
- g. Podem legitimamente recusar-se a depor como testemunhas (Art.º 134.º do CPP):
 - (1) Os descendentes, os ascendentes, os irmãos, os afins até ao 2.º grau, os adoptantes, os adoptados e o cônjuge do arguido;
 - (2) Quem tiver sido cônjuge do arguido ou quem, sendo de outro ou do mesmo sexo, com ele conviver ou tiver convivido em condições análogas às dos cônjuges, relativamente a factos ocorridos durante o casamento ou a coabitação.
- h. No acto da inquirição deve, o Oficial Instrutor, advertir as pessoas atrás referidas, sob pena de nulidade, da faculdade que lhes assiste de recusarem o depoimento. Caso a pessoa a inquirir pretenda fazer valer essa sua qualidade, para se

recusar a depor, deverá, o Oficial Instrutor, lavrar Auto de Inquirição no qual se limitará a consignar que o inquirido invocou e provou a sua qualidade (descendente, ascendente, etc.), razão pela qual recusou prestar depoimento.

- i. Podem invocar segredo profissional padres, advogados, médicos, jornalistas, membros de instituições de crédito e, em geral, qualquer pessoa a quem a lei permitir ou impuser que guarde segredo profissional. As pessoas nestas condições podem, legitimamente, escusar-se a depor sobre os factos abrangidos por aquele segredo. Também neste caso haverá que reduzir a diligência a auto, consignando a qualidade do inquirido que fundamenta a escusa de prestar depoimento sobre determinados factos.
- j. Haverá, ainda, que ter em conta a existência das chamadas prerrogativas de inquirição, que se encontram reguladas no Art.º 139.º do CPP e no Art.º 624.º do CPC, entre as quais, pelo seu interesse para o processo disciplinar militar, se destacam:
 - (1) Os Oficiais Gerais das Forças Armadas;
 - (2) Os Altos Dignitários das Confissões Religiosas (Bispo e superior).
- k. As referidas prerrogativas de inquirição são as seguintes:
 - (1) Ser inquirido na sua residência ou na sede do respectivo serviço;
 - (2) Prestar o depoimento por escrito.
- l. Neste caso, o Oficial Instrutor deve, por qualquer meio, dar conhecimento à testemunha de que foi indicada para depor, indagando sobre se pretende usar das “prerrogativas de inquirição”. O Oficial Instrutor deverá lançar cota nos Autos dando conta desta diligência e do resultado da mesma. Se for o caso, acertar-se-á o dia, hora e local para se proceder à inquirição. Se, ao invés, a pessoa ou entidade em questão preferir depor por escrito, o Oficial Instrutor dar-lhe-á a conhecer, por escrito, a matéria sobre a qual deverá recair o depoimento, de preferência formulando-lhe “quesitos”. A testemunha deverá remeter ao Oficial Instrutor, no prazo de 10 dias, corridos, uma declaração escrita, sob compromisso de honra, relatando o que sabe quanto aos factos indicados; o Oficial Instrutor poderá, uma única vez, solicitar esclarecimentos igualmente por escrito, para a prestação dos quais haverá um prazo de 10 dias, corridos (Art.º 626.º do CPC).
- m. Quais os princípios gerais que devem ser observados em qualquer inquirição de testemunhas?

- (1) Nunca é demais insistir na imperiosa necessidade de trazer para o processo os factos (e não os juízos de valor) que poderão caracterizar a conduta do arguido, requisito este que tem tanta relevância na elaboração da Acusação, como na produção dos depoimentos testemunhais; significa isto, que a testemunha deve ser objectivamente perguntada sobre tudo o que sabe, acerca dos factos que constituem a Acusação e/ou a Defesa e as suas respostas devem ser registadas com rigor e precisão, de modo a traduzir fielmente aquele conhecimento.
 - (2) A testemunha não deve, por conseguinte, emitir opiniões ou juízos de valor, mas tão só dizer aquilo que viu ou ouviu, descrevendo com o maior pormenor possível tudo o que sabe. Na verdade, o meio processual adequado ao registo de opiniões ou juízos de valor, quando necessários, é o da prova pericial e não o da prova testemunhal.
 - (3) A testemunha deve, também, ser inquirida quanto à chamada “razão de ciência”, isto é, quanto aos motivos e forma pela qual veio a ter conhecimento dos factos sobre os quais presta depoimento (exemplificando: *“viu o acidente de viação, uma vez que se encontrava a atravessar a rua, no momento do embate entre os veículos”*).
- n. Como dissipar contradições entre depoimentos de testemunhas diferentes?
- (1) Recorrendo à figura da “acareação”. Trata-se da diligência em que o Oficial Instrutor confronta duas ou mais testemunhas acerca das contradições existentes nas suas declarações, entre estas, ou entre estas e o arguido (Art.º 94.º n.º 2 do RDM e Art.º 146.º n.º 1 do CPP). Esta diligência pode ser realizada oficiosamente – por iniciativa do Oficial Instrutor – ou mediante requerimento do arguido ou do seu defensor.
 - (2) O conteúdo da acareação deve ser reduzido a Auto, porquanto se trata de uma diligência probatória autónoma, traduzida num “depoimento testemunhal colectivo”, para o qual valem aliás, todas as recomendações feitas quanto ao depoimento testemunhal simples.
- o. Do PDAV, deverá constar o rol das testemunhas que depuseram no processo, com a sua identificação completa (nome, número do bilhete de identidade/cartão do cidadão, morada e número de telefone) - (Art.º 11.º § 13 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).

418. Prova Pericial

- a. A prova pericial (vulgarmente designada por “peritagem”) consiste na apreciação dos factos por pessoas com conhecimentos técnicos ou científicos especializados e emprega-se sempre que a correcta apreciação ou percepção desses mesmos factos exija tais conhecimentos. Trata-se, em suma, de auxiliar o Oficial Instrutor (e, no final, a entidade competente para a decisão) na função que lhe é própria, de esclarecer o significado das provas pré-existentes ou de apreciar o seu valor (Art.º 151.º do CPP).
- b. No caso específico do PDAV, a prova pericial não está na disponibilidade do Oficial Instrutor, sendo mesmo obrigatória, uma vez que a peritagem em si mesma constitui formalidade prescrita na lei, com carácter obrigatório.
- c. Haverá produção obrigatória de prova pericial em PDAV, no caso do apuramento dos danos físicos na pessoa dos sinistrados após o acidente de viação (Art.º 11.º § 5 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966) e na avaliação pericial dos danos causados nas viaturas acidentadas e dos danos causados a terceiros em virtude do acidente de viação (Art.º 11.º § 6 e 7 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- d. Não obstante, poderá o Oficial Instrutor, sempre que entenda necessário, requerer a presença de técnicos para a realização de determinada(s) diligência(s) processual(ais) - (Art.º 90.º n.º 2 do RDM).
- e. Os peritos devem ser ajuramentados, sob pena de os respectivos actos ficarem feridos de nulidade (Art.º 18.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966). Este juramento deve ser prestado sob a forma de compromisso (Arts. 91.º n.º 2 e 156.º n.º 1 do CPP).
- f. Se reputar de conveniente, o Oficial Instrutor pode formular quesitos aos quais os Peritos deverão responder.
- g. Concluída a peritagem, os peritos procedem à elaboração de relatório, no qual deverão mencionar e descrever as suas respostas e conclusões, devidamente fundamentadas. O relatório é junto aos Autos (Art.º 157.º n.º 1 do CPP).

419. O Exame Médico dos Sinistrados

- a. Se do acidente de viação resultarem lesões corporais deverão ser solicitados os relatórios médicos ao Hospital ou Centro de Saúde onde as vítimas foram assistidas (Artigo 11.º § 5 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).

- b. Neste caso, apenas se deve solicitar aos estabelecimentos hospitalares a informação médica pertinente para a avaliação do tipo e extensão dos danos pessoais sofridos em consequência do acidente de viação.

420. A Prova Pericial relativa à Viatura Militar

- a. Consiste num exame directo dos danos resultantes do acidente na viatura militar, realizado por peritos do Serviço de Material, cuja nomeação deverá ser solicitada pelo Oficial instrutor ao escalão superior (Arts. 11.º § 6 e 13.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- b. Como supra referimos, esta prova é obrigatória, devendo os peritos serem ajuramentados, sob pena de nulidade. Este juramento deve ser prestado sob a forma de compromisso (Arts. 91.º n.º 2 e 156.º n.º 1 do CPP).
- c. O relatório pericial dos danos sofridos pela viatura militar, na sequência do acidente de viação, deverá ser elaborado logo após o acidente. Para o efeito, devem ser obtidas avaliações de peritos civis (v.g. orçamentos de empresas de reparação de automóveis) e deve ser convocado um perito da seguradora do veículo civil, para que o mesmo proceda à avaliação/confirmação de eventuais danos causados naquela viatura, independentemente da atribuição da culpa pela eclosão do sinistro (Arts. 11.º § 6, 13.º e 39.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).

421. A Prova Pericial relativa às Viaturas Civis intervenientes no Acidente de Viação

- a. Relativamente à perícia a realizar na viatura civil, como supra referimos, é de toda a conveniência recolher, não só o parecer dos peritos militares, mas, também, de um perito civil, a ser solicitado pelo Oficial instrutor ao proprietário ou à Companhia de Seguros, com indicação do prazo de validade do respectivo orçamento. Esta perícia deverá ser realizada no prazo máximo de oito dias após o acidente (Arts. 11.º § 7 e 14.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- b. Na eventualidade da viatura em causa ter sido reparada antes desta avaliação pericial, será solicitado ao seu proprietário a apresentação das facturas/recibos originais que comprovem o valor da reparação, se possível, acompanhadas de fotografias dos respectivos danos, as quais, posteriormente, serão submetidas à apreciação dos peritos militares, emitindo estes parecer sobre a sua razoabilidade face às características do AV em apreciação e demais factores pertinentes. Os referidos documentos deverão constar do PDAV (e não do

PAAV), tendo em vista o processamento de eventuais indemnizações pelos danos em questão. (Art.º 15.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).

- c. Na hipótese de o valor reclamado pelo interveniente estranho ao Exército ser superior ao valor determinado pelos peritos militares, deve ser adoptado o procedimento atrás descrito, ou seja, submissão dos originais dos orçamentos, facturas e/ou recibos à apreciação dos peritos militares.
- d. Do relatório de avaliação dos danos, sofridos pelo veículo civil, deverá constar indicação do valor venal do mesmo (valor comercial daquele veículo imediatamente antes do acidente de viação, considerando o respectivo estado de conservação, a existência de acessórios que lhe aumentem o valor, acidentes anteriores, etc.) e do valor do respectivo salvo (valor do veículo no estado em que ficou imediatamente após a ocorrência do acidente de viação).

422. Avaliação de outros danos emergentes do Acidente de Viação

- a. Em consequência do acidente de viação podem resultar outros danos, para além dos registados nos veículos envolvidos, os quais também terão de ser objecto de uma avaliação pericial por parte dos peritos militares. Estes deverão, assim, elaborar um relatório, no prazo máximo de oito dias após o acidente, que constará do PDAV (Arts. 11.º § 7 e 14.º § 1 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- b. A situação mais frequente, está relacionada com os danos causados em infra-estruturas rodoviárias (sinais de trânsito, barreiras de protecção, pontes, etc.) os quais obviamente carecem de uma avaliação por peritos militares. O procedimento a adoptar será igual ao aplicado quanto aos danos nos veículos, com excepção, eventualmente, da qualificação dos peritos. Nestes casos, normalmente, os peritos mais habilitados são os que pertencem ao quadro de Engenharia Militar.
- c. Pode acontecer que alguns daqueles “outros danos” não necessitem de qualquer peritagem (v.g. despesas hospitalares), devendo, nestes casos, serem inseridas no PDAV as facturas/recibos ou outros documentos originais que comprovem aqueles danos, devendo ficar esclarecida pelo Oficial instrutor qual a relação causal entre os mesmos e a ocorrência do acidente de viação.
- d. Relativamente aos prejuízos decorrentes da paralisação dos veículos por motivo de acidente, deverá ser feita prova de que os mesmos ficaram incapazes de

circular, sendo que nesse caso, há que fazer prova do período de paralisação (o seu início poderá ser a data do acidente se dos autos resultar que a viatura ficou sem possibilidades de utilização, o seu fim será provado pela declaração da oficina relativamente à entrega da viatura reparada).

- e. Quanto às despesas causadas directamente pela imobilização do veículo, deverá juntar-se prova documental respeitante:
 - (1) Às despesas efectuadas com o recurso a outros meios de transporte;
 - (2) Que a viatura acidentada constituía o único meio de transporte usado nas deslocações do respectivo proprietário. Neste caso, deve ser identificado o seu local de trabalho através de, por exemplo, declaração da entidade patronal.
- f. Estes elementos probatórios poderão ser dispensados se a viatura for, ela própria, um instrumento de trabalho, como seja, o caso dos táxis, dos autocarros, dos veículos de empresas dedicadas ao aluguer de transportes de mercadorias, etc.
- g. No caso do interveniente estranho ao Exército ser titular de um seguro automóvel que cubra danos próprios deve, o mesmo, ser inquirido sobre se está obrigado ao pagamento de alguma franquia e qual o seu valor – Sobre esta matéria versa também o Parágrafo n.º 454.

423. Prova por Reconstituição

- a. A prova por reconstituição deverá ocorrer quando houver necessidade de determinar se um facto poderia ter ocorrido de certa forma, consistindo na reprodução, tão fiel quanto possível, das condições em que se afirma ou se supõe ter ocorrido o facto e na repetição do modo de realização do mesmo (Art.º 150.º n.º 1 do CPP).
- b. Para produção desta prova no PDAV deve o Oficial Instrutor solicitar, ao escalão superior, a nomeação de uma equipa de dois peritos para a realização da reconstituição do acidente. (Art.º 11.º § 4 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- c. Os peritos deverão ser titulares de carta de condução, no mínimo, correspondente à mais elevada categoria dos veículos intervenientes.
- d. Será de toda a conveniência convidar o(s) interveniente(s) estranho(s) ao Exército a estar(em) presente(s), e, se possível, um representante da Companhia

de Seguros daquele(s) se for o caso, os quais, depois de devidamente identificados no relatório, poderão, preferencialmente, assiná-lo.

- e. O Oficial instrutor deverá proceder à ajuramentação dos peritos e informá-los acerca da necessidade de serem objectivos e expenderem conclusões, na medida do possível, inequívocas, de forma a melhor habilitarem quem superiormente terá de decidir o PDAV (Art.º 18.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- f. O que se pretende é que apresentem a sua percepção dos factos, em função dos seus conhecimentos técnicos, justificando o raciocínio que lhes permitiu chegar às conclusões expendidas.
- g. A reconstituição do acidente tem carácter obrigatório, deve ser realizada tanto quanto possível em seguida à verificação da ocorrência e implica a elaboração de um relatório (Arts. 11.º § 4 e 12.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966), no qual devem ser descritas:
 - (1) As condições do local ao tempo do acidente;
 - (2) As posições relativas dos veículos intervenientes;
 - (3) As causas que originaram o acidente;
 - (4) As conclusões relativas à culpabilidade, as quais deverão ser expressas em termos de percentagem, sempre que se entenda haver concorrência de culpas.
- h. Não obstante, pode ser dispensada em caso de emergência ou impossibilidade devidamente comprovada; é disto exemplo, a óbvia impossibilidade de se realizar a reconstituição de acidente em vias qualificadas como auto-estradas.
- i. A reconstituição do acidente poderá ainda ser dispensada se, da prova entretanto produzida, desde logo se puder concluir que a culpabilidade do acidente cabe exclusivamente a um dos intervenientes ou que o acidente se deveu a causas exclusivamente fortuitas.
- j. Num caso como no outro, a sua não realização deve ser fundamentada no PDAV (Art.º 16.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966 e Circular n.º 4/71, de 25MAI1971, da Direcção de Justiça e Disciplina) e será substituída por um relatório elaborado pelos dois peritos militares, em que estes emitirão o seu parecer sobre a culpa ou causas do acidente, devidamente fundamentado nas declarações e depoimentos recolhidos nos autos, acompanhado de um gráfico explicativo (“croquis”) e, na medida do possível, de fotografias do local e/ou dos

veículos intervenientes (Circular n.º 4/71, de 25MAI1971, da Direcção de Justiça e Disciplina).

k. Por fim, no que respeita ao exame de reconstituição do acidente de viação, vejamos as deficiências mais frequentes e que naturalmente se deverão evitar:

- (1) Meras transcrições das declarações dos condutores sem que seja expressa uma posição segundo o juízo de valor dos peritos, ou seja, os peritos deverão analisar os depoimentos recolhidos e formar uma convicção sobre a culpabilidade no respectivo acidente de viação;
- (2) Afirmações sem qualquer base de sustentação comprovável (v.g. afirmação de que o veículo circulava em velocidade excessiva sem possibilidade de apurar a velocidade real a que aquele seguia);
- (3) Afirmação de que o condutor não tomou as devidas precauções sem concretizar que tipo de precauções deveria ter tomado;
- (4) Atribuição da culpa a ambos os condutores intervenientes, sem quantificar a medida em que cada um contribuiu para o acidente de viação;
- (5) Conclusões ambíguas e/ou veiculadas com manifesto intuito de “protecção” do condutor militar.

424. Minuta – Exemplo de Auto de Declarações do Arguido

Aos ... dias do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, na ... (U/E/O), compareceu perante mim S... Oficial Instrutor do presente processo, o Arguido F... que depois de identificado declarou chamar-se ... (identificação completa do arguido com nome, estado, profissão ou posto, idade, naturalidade e residência).

Perguntado sobre se pretendia prestar declarações sobre a matéria dos autos (ou da participação, ou à matéria do n.º ... da participação ou da Acusação) disse:

1. No dia ... do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, quando seguia na Rua ..., junto aos semáforos situados defronte do prédio n.º..., foi interveniente num acidente de viação com a viatura militar ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., que se dirigia para ..., em serviço superiormente determinado.

2. O referido acidente ocorreu quando parou a viatura militar no semáforo acima referido, tendo outra viatura ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., conduzida e propriedade de J... (nome, bilhete de identidade, carta de condução), embatido na sua traseira, tendo provocado danos visíveis nos faróis traseiros da viatura militar e danos visíveis nos faróis dianteiros da viatura civil.

3. Na viatura seguiam os militares A... e B....

4. Do acidente não resultaram quaisquer feridos

5. Esteve presente no local a Guarda Nacional Republicana, a qual elaborou Auto por Ocorrência de Acidente de Viação, tendo-lhe sido realizado teste de alcoolemia, o qual resultou negativo.

6. No seu entender a culpa do acidente é exclusivamente do condutor civil J... (nome, bilhete de identidade, carta de condução), razão pela qual não assume a responsabilidade pela produção do acidente de viação e, bem assim, não procederá ao pagamento dos danos provocados.

E, mais não disse.

Para constar, lavrou-se o presente auto que, lido e achado conforme, vai ser devidamente ratificado e assinado pelo Arguido, pelo Advogado constituído (caso o arguido se faça acompanhar, na diligência de inquirição, de advogado) e pelo Oficial Instrutor.

O Arguido

O Advogado

O Oficial Instrutor (Assinatura e Posto)

425. Minuta – Exemplo de Auto de Declarações do Chefe de Viatura

Aos ... dias do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, na ... (U/E/O), compareceu perante mim S... Oficial Instrutor do presente processo, A... que depois de identificado declarou chamar-se ... (identificação completa do declarante com nome, estado, profissão ou posto, idade, naturalidade e residência).

Sobre a matéria dos autos (ou da participação, ou à matéria do n.º ... da participação ou da Acusação) disse:

1. No dia ... do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, quando seguia na viatura militar ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., conduzida por F... (nome e posto), que se dirigia para ..., em serviço superiormente determinado, na

Rua ..., junto aos semáforos situados defronte do prédio n.º..., a referida viatura foi interveniente num acidente de viação.

2. O referido acidente ocorreu quando a viatura militar parou no semáforo acima referido, tendo outra viatura ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., conduzida e propriedade de J... (nome, bilhete de identidade, carta de condução), embatido na sua traseira, tendo provocado danos visíveis nos faróis traseiros da viatura militar e danos visíveis nos faróis dianteiros da viatura civil.

3. Na viatura seguia o declarante e o militar B....

4. Do acidente não resultaram quaisquer feridos.

5. Esteve presente no local a Guarda Nacional Republicana, a qual elaborou Auto por Ocorrência de Acidente de Viação, tendo sido realizado teste de alcoolemia ao condutor militar F..., o qual resultou negativo.

6. No seu entender a culpa do acidente é exclusivamente do condutor civil J... (nome, bilhete de identidade, carta de condução), uma vez que a viatura militar se encontrava parada nos semáforos situados na Rua... quando a viatura civil embateu na sua traseira.

E, mais não disse.

Para constar, lavrou-se o presente auto que, lido e achado conforme, vai ser devidamente ratificado e assinado pelo Declarante e pelo Oficial Instrutor.

O Declarante

O Oficial Instrutor (Assinatura e Posto)

426. Minuta – Exemplo de Auto de Declarações de Intervenientes Cíveis

Aos ... dias do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, na ... (U/E/O), compareceu perante mim S... Oficial Instrutor do presente processo, J... que depois de identificado declarou chamar-se ... (identificação completa do declarante com nome, estado, profissão, idade, naturalidade e residência).

Sobre a matéria dos autos (ou da participação, ou à matéria do n.º ... da participação ou da Acusação) disse:

1. No dia ... do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, quando seguia na sua viatura ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., na Rua ..., junto aos semáforos situados defronte do prédio n.º..., embateu inadvertidamente na traseira da viatura militar ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., conduzida por F... (nome e posto).

2. O referido acidente ocorreu quando a viatura militar parou no semáforo acima referido, não tendo tido espaço suficiente para proceder à completa imobilização da sua viatura.

3. O acidente provocou danos nos faróis traseiros da viatura militar e danos nos faróis dianteiros da sua viatura.

4. Do acidente não resultaram quaisquer feridos.

5. Esteve presente no local a Guarda Nacional Republicana, a qual elaborou Auto por Ocorrência de Acidente de Viação, tendo sido também realizados testes de alcoolemia a ambos os condutores, os quais resultaram negativos.

6. Declara que assumiu logo no local do acidente a responsabilidade pela produção do acidente de viação, uma vez que o acidente se deveu a uma sua distração momentânea, tendo já participado o acidente à sua Companhia de Seguros a qual irá proceder ao pagamento dos danos provocados.

E, mais não disse.

Para constar, lavrou-se o presente auto que, lido e achado conforme, vai ser devidamente ratificado e assinado pelo Declarante e pelo Oficial Instrutor.

O Declarante

O Oficial Instrutor (Assinatura e Posto)

427. Minuta – Exemplo de Auto de Declarações de Pessoal encarregue da manutenção da viatura militar

Aos ... dias do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, na ... (U/E/O), compareceu perante mim S... Oficial Instrutor do presente processo, L... que depois de identificado declarou chamar-se ... (identificação completa do declarante com nome, estado, profissão ou posto, idade, naturalidade e residência).

Sobre a matéria dos autos (ou da participação, ou à matéria do n.º ... da participação ou da Acusação) disse:

- 1. Teve conhecimento que no dia ... do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, a viatura militar ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., conduzida por F... (nome e posto), foi interveniente num acidente de viação, tendo-se questionado se a viatura se encontraria em condições para circular na via pública.*
- 2. O declarante é Chefe da Oficina sendo responsável pela correcta manutenção de todas as viaturas afectas à U/E/O.*
- 3. A viatura em causa tem sido objecto de revisões periódicas aos seus componentes, de acordo com o seu plano de manutenção, encontrando-se, pois, em condições de circulação sem qualquer avaria mecânica que pudesse ser responsável pelo acidente ocorrido.*
- 4. Aliás, de acordo com os registos existentes, a viatura foi revista na Oficina, no dia ... do mês de ... do ano de ..., portanto uma semana antes do acidente, tendo-se concluído, nessa altura, que não existia qualquer anomalia no seu funcionamento.*

E, mais não disse.

Para constar, lavrou-se o presente auto que, lido e achado conforme, vai ser devidamente ratificado e assinado pelo Declarante e pelo Oficial Instrutor.

O Declarante

O Oficial Instrutor (Assinatura e Posto)

428. Minuta – Exemplo de Auto de Inquirição de Testemunha

Aos ... dias do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, na ... (U/E/O) compareceu perante mim S... Oficial Instrutor do presente processo, a testemunha indicada pelo participante (ou pelo Arguido) B... que depois de identificada declarou chamar-se ... (identificação completa da testemunha com nome, estado, profissão ou posto, idade, naturalidade e residência).

Jurou por sua honra dizer toda a verdade e só a verdade.

Inquirido(a) sobre as suas relações de parentesco, trabalho ou interesse com o(s) arguido(s) bem como sobre quaisquer outras circunstâncias relevantes para avaliar a credibilidade do seu depoimento disse: Ser ... (amigo, conhecido,...)

(Sendo parente ou afim nos graus e circunstâncias indicadas nas alíneas a) ou b) do n.º 1 do Art.º 134.º do Código de Processo Penal, aqui aplicável por força do disposto no Art.º 96.º n.º 2 do Regulamento de Disciplina Militar, e advertido, nos termos do n.º 2 da citada norma do Código de Processo Penal, de que lhe assiste a faculdade de se recusar a prestar depoimento, disse: Que presta depoimento de livre vontade.)

Interrogada sobre a matéria dos autos (ou da participação, ou à matéria do n.º ... da participação ou da Acusação) disse:

1. No dia ... do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, quando seguia no banco traseiro da viatura militar ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., conduzida por F... (nome e posto), que se dirigia para ..., em serviço superiormente determinado, na Rua ..., junto aos semáforos situados defronte do prédio n.º..., a viatura foi interveniente num acidente de viação.

2. O referido acidente ocorreu quando a viatura militar parou no semáforo acima referido, tendo outra viatura ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., conduzida e propriedade de J... (nome, bilhete de identidade, carta de condução), embatido na sua traseira, tendo provocado danos visíveis nos faróis traseiros da viatura militar e danos visíveis nos faróis dianteiros da viatura civil.

3. Na viatura seguia o declarante e o militar A..., que assumia as funções de Chefe de Viatura.

4. Do acidente não resultaram quaisquer feridos.

5. Esteve presente no local a Guarda Nacional Republicana, a qual elaborou Auto por Ocorrência de Acidente de Viação, tendo sido realizados testes de alcoolemia aos condutores.

6. No seu entender a culpa do acidente é exclusivamente do condutor civil J... (nome, bilhete de identidade, carta de condução), uma vez que a viatura militar se encontrava parada nos semáforos situados na Rua... quando a viatura civil embateu na sua traseira.

E, mais não disse.

Para constar, lavrou-se o presente auto que, lido e achado conforme, vai ser devidamente ratificado e assinado pela Testemunha, pelo Advogado constituído (caso a testemunha se faça acompanhar, na diligência de inquirição, de advogado próprio, que não poderá ser o mesmo advogado que, eventualmente, represente o arguido) e pelo Oficial Instrutor.

A Testemunha.....

O Advogado.....

O Oficial Instrutor (Assinatura e Posto)

429. Minuta – Exemplo de Auto de Acareação de Testemunhas

Aos ... dias do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, na ... (U/E/O), compareceram perante mim S..., Oficial Instrutor do presente processo, as pessoas para este acto notificadas B... e C..., já identificadas a fls. ... dos Autos, a fim de serem acareadas, por existir oposição (contradição, divergência) entre os seus depoimentos (declarações) nos seguintes termos: B... afirma, enquanto C... diz

Ambos juraram por sua honra dizer toda a verdade e só a verdade.

Postos frente a frente foram de seguida interpelados sobre as referidas divergências dos seus depoimentos anteriores, tendo B... rectificado as suas afirmações dizendo que

Por sua vez C... manteve o teor das suas declarações já registadas a fls. ... dos Autos.

E, mais não disseram.

Para constar, lavrou-se o presente auto que, lido e achado conforme, vai ser devidamente ratificado e assinado por ambas as Testemunhas, e pelo Oficial Instrutor.

A Testemunha B

A Testemunha C

O Oficial Instrutor (Assinatura e Posto)

430. Minuta – Exemplo de Auto para Prestação de Compromisso de Peritos

Aos ... dias do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, na ... (U/E/O), compareceu perante mim S... Oficial Instrutor do presente processo, D... e E... para, na qualidade de peritos, procederem a exame de reconstituição de acidente (no caso do Oficial Instrutor formular quesitos, por sua iniciativa ou a pedido dos peritos, ordenar-se-lhes-á que a eles respondam nos seguintes termos).

Para o esclarecimento da verdade, deverão os Senhores Peritos responder aos seguintes quesitos:

Primeiro:

Segundo:

Comprometeram-se por sua honra a desempenhar fielmente e com zelo as funções que lhes foram confiadas e declaram poder emitir desde já o seu parecer nos termos seguintes (ou declararam não poder pronunciar-se desde já, pelo que pediram o prazo de ... dias para apresentarem o seu relatório escrito).

Para constar, lavrou-se o presente auto que, lido e achado conforme, vai ser devidamente ratificado e assinado pelos Intervenientes e pelo Oficial Instrutor.

O Perito A

O Perito B

O Oficial Instrutor (Assinatura e Posto)

431. Minuta – Exemplo de Relatório de Reconstituição do Acidente de Viação

Aos ... dias do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, no ... (local), reuniram-se os peritos, V ... (Nome, NIM e Posto), e S ... (Nome, NIM e Posto), a fim de procederem à reconstituição e às respectivas averiguações do acidente de viação

ocorrido no passado dia ... do mês de... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, no cruzamento da Avenida ..., com a Rua ..., na localidade de ..., procedeu-se à reconstituição do acidente com a viatura militar e civil no local. Assim, depois de ouvido o interveniente da viatura militar e estudados os elementos fornecidos pelo Senhor Oficial Instrutor, concluiu-se o seguinte:

1.LOCAL

...

2.VEÍCULOS INTERVENIENTES

Veículo n.º1- viatura ..., com a matrícula militar ...-...-..., ligeiro de passageiros, conduzida por F ... (Nome, NIM e Posto), com a licença de condução n.º..., para condução de veículos de categoria ... emitida em ... e válida até .../.../..., residente na Rua

Veículo n.º 2- viatura ... , com a matrícula ...-...-..., veículo ligeiro, sendo a sua proprietária a Senhora ..., conduzido pela própria, portadora da Carta de Condução n.º, para condução de veículos de categoria ... emitida em ... e válida até .../.../..., residente na Rua

3. CONDIÇÕES EM QUE SE DEU O ACIDENTE

Data ...

Hora ...

Estado do tempo ...

Pavimento ...

Inclinação da via ...

Vestígios no pavimento ...

Largura da faixa de rodagem ...

4.SINISTRADOS

...

5. DANOS

Veículo nº 1 ...

Veículo nº 2 ...

6. DESCRIÇÃO DO ACIDENTE

Tendo por base de apoio as declarações dos intervenientes, prestadas ao Oficial Instrutor, o acidente terá ocorrido do seguinte modo, conforme croqui explicativo em anexo A.

(Descrever o acidente).

7. CONCLUSÕES

A equipa de peritos concluiu que a total culpabilidade na produção do acidente é do condutor do veículo ... (ou que, por exemplo, a culpa do acidente deve ser atribuída em 50% a cada um dos condutores).

Concluindo o presente parecer técnico e finda a missão para a qual fomos nomeados, fazemos nesta mesma data, entrega do presente relatório ao Senhor Oficial Instrutor.

Os Peritos

V ... (Nome, NIM e Posto)

S ... (Nome, NIM e Posto)

SECÇÃO IV – ARQUIVAMENTO DO PDAV

432. Arquivamento

- a. Como supra foi já referido, o processo disciplinar deve ser concluído no prazo de 30 dias úteis, após a data da ocorrência do acidente de viação, podendo este prazo ser prorrogado em casos de força maior devidamente justificados (Artigo 19.º Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- b. Assim, concluída a instrução, se o Oficial Instrutor entender que os factos constantes nos autos não constituem infracção disciplinar, que não foi o arguido que os praticou ou se considera extinta a responsabilidade disciplinar, elaborará, no prazo de 5 dias úteis, relatório com proposta de arquivamento e remeterá o processo à autoridade que o mandou instaurar (Art.º 97.º n.º 1 do RDM).
- c. Este relatório deverá conter, de acordo com o Art.º 11.º § 15 Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966, a descrição sumária e clara da ocorrência e conclusões precisas sobre a responsabilidade ou irresponsabilidade do arguido, indicando-se os factos provados, com os correspondentes deveres militares infringidos, os factos

não provados e as circunstâncias agravantes e atenuantes, devendo ainda indicar-se se o arguido tem “*auto de corpo de delito*” pendente pelos factos respeitantes ao processo em causa, ou se tem qualquer outro processo de averiguações que esteja correndo seus termos, e se foi ou não cassada a sua carta de condução.

- d. A decisão de arquivamento, proferida sobre esta proposta do Oficial Instrutor, deverá ser notificada ao Arguido e ao Participante (Art.º 97.º n.º 3 do RDM).

433. Minuta – Exemplo de Relatório do Oficial Averiguante com Proposta de Arquivamento

I

GENERALIDADES

Em cumprimento do despacho de .../.../..... do Exmo. Comandante (Director ou Chefe) da ... (U/E/O), procedeu-se à instrução do presente processo disciplinar por acidente de viação, destinado a apurar a responsabilidade disciplinar de F..., pelo acidente de viação ocorrido no dia ... do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos.

O referido acidente ocorreu quando o arguido, detentor da licença de condução n.º ..., seguia na sua faixa na Rua ..., junto aos semáforos situados defronte do prédio n.º..., conduzindo a viatura militar ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., que se dirigia para ..., em serviço superiormente determinado e parou no semáforo acima referido, tendo outra viatura ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., conduzida e propriedade de J... (nome, bilhete de identidade, carta de condução), segurada na Companhia de Seguros X... (Identificação e número da apólice), embatido na traseira do veículo militar, tendo provocado danos visíveis nos farolins traseiros da viatura militar e danos visíveis nos farolins dianteiros da viatura civil.

Na viatura militar seguia F... (nome e posto), condutor, e os militares A... (nome e posto) e B ... (nome e posto).

Do acidente não resultaram quaisquer feridos.

Esteve presente no local a Guarda Nacional Republicana, a qual elaborou Auto por Ocorrência de Acidente de Viação, tendo sido também realizados testes de alcoolemia a ambos os condutores, os quais resultaram negativos.

II

DILIGÊNCIAS EFECTUADAS

1. *Foi ouvido em declarações o Arguido (a fls. ...) o qual referiu ...*
2. *Foi ouvido em declarações o Chefe de Viatura (a fls. ...) o qual referiu ...*
3. *Foi ouvido em declarações o Condutor da Viatura Civil (a fls. ...) o qual referiu ...*
4. *Foi inquirida a testemunha do acidente A... (a fls. ...) a qual referiu ...*
5. *Foram juntos aos Autos os seguintes elementos de prova documental:*
 - a) *Fotocópia autenticada da Folha de Matrícula do Arguido;*
 - b) *Fotocópia do boletim de condução do Arguido;*
 - c) *Fotocópia autenticada do documento de identificação do condutor de viatura civil;*
 - d) *Fotocópia autenticada do documento único automóvel do veículo civil interveniente;*
 - e) *Documento identificando a Companhia de Seguros da viatura civil, o número de apólice que titula o respectivo contrato de seguro e sua validade;*
 - f) *Fotocópia autenticada do boletim de serviço da viatura militar;*
 - g) *Declaração do Comandante (Director/Chefe) atestando que, de facto, aquela viatura militar, conduzida por aquele condutor no momento do acidente, se encontrava no desempenho de serviço superiormente determinado;*
 - h) *Lista nominal dos militares e/ou civis transportados na viatura, contendo o seu nome, posto e número de identificação militar ou identificação civil;*
 - i) *Informação fornecida pela respectiva U/E/O sobre a situação da viatura militar à data do encerramento da instrução do PDAV;*
6. *Foi também elaborada proposta relativa à não cassação do boletim de condução do arguido, devidamente justificada de acordo com a circunstância constante na alínea a) do Art.º 21.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966, tendo, a mesma, sido objecto de respectivo despacho do Comandante (Director/Chefe).*
7. *Procedeu-se à avaliação pericial dos danos causados nas viaturas acidentadas, tendo sido juntos, aos Autos, o respectivo relatório de avaliação de danos (a fls.).*
8. *Procedeu-se, ainda, à reconstituição do acidente de viação, tendo sido junto, aos Autos, o respectivo relatório o qual concluiu:*
 - a) *...*
 - b) *...*

II
ANÁLISE

9. *Da análise crítica de todos os elementos probatórios juntos aos Autos, dá-se como provada a seguinte factualidade:*
- a) ...
 - b) ...
10. *Da análise crítica de todos os elementos probatórios juntos aos Autos, não se dá como provada a seguinte factualidade:*
- a) ...
 - b) ...
11. *Dos factos provados e não provados e, designadamente, das declarações do Arguido, onde se refere ..., das declarações do Chefe de Viatura, onde se refere ... e da testemunha A..., que refere ..., bem como do relatório de reconstituição do acidente onde se conclui que a culpabilidade do acidente é inteiramente do condutor civil, não tendo o militar tido qualquer possibilidade de evitar o embate, pode concluir-se que o Arguido não violou qualquer norma do Código da Estrada, nem do Regulamento da Utilização, Condução e Trânsito das Viaturas do Exército, aprovado pela Portaria n.º 23 091, de 27DEC1967, nem, ainda, qualquer dos deveres militares a que se encontra adstrito pelo Regulamento de Disciplina Militar.*
12. *O Arguido F... não tem “auto de corpo de delito” pendente pelos factos respeitantes a este processo, nem qualquer processo de averiguações que esteja correndo os seus termos.*
13. *Não se procedeu à cassação do boletim de condução do arguido, por despacho do Comandante (Director/Chefe) devidamente fundamentado na circunstância constante na alínea a) do Art.º 21.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966.*

III
CONCLUSÕES

14. *Assim, concluo que a culpabilidade do acidente de viação ocorrido em ... (GDH) é inteiramente do condutor civil, não tendo o militar arguido tido qualquer possibilidade de evitar o embate.*

15. Bem como, que o Arguido não violou qualquer norma do Código da Estrada, nem do Regulamento da Utilização, Condução e Trânsito das Viaturas do Exército, aprovado pela Portaria n.º 23 091, de 27DEC1967, nem, ainda, qualquer dos deveres militares a que se encontra adstrito pelo Regulamento de Disciplina Militar.

16. Face ao exposto, propõe-se o arquivamento dos presentes Autos sem aplicação de qualquer sanção disciplinar ao Arguido F...

... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)

O Oficial Instrutor (Assinatura e Posto)

SECÇÃO V – ACUSAÇÃO

434. Acusação

- a. Se concluída a instrução, o Oficial Instrutor, entender que os factos constantes dos autos constituem infracção disciplinar, que foi o arguido que os praticou e que tal origina responsabilidade disciplinar deverá deduzir Acusação, no prazo de 5 dias úteis (Art.º 97.º n.º 2 do RDM).
- b. A Acusação deve especificar a identidade do arguido, os factos que lhe são imputados e as circunstâncias de tempo, modo e lugar em que os mesmos foram praticados, os deveres militares e as normas infringidos, bem como o prazo para a apresentação da defesa (Art.º 98.º do RDM).
- c. O arguido será notificado pessoalmente da Acusação, no prazo de 5 dias úteis, ou, não sendo esta possível, a notificação será feita por carta registada com aviso de recepção para a sua residência, indicando-se o prazo para a apresentação da sua defesa.

435. Minuta – Exemplo de Acusação

Nos termos do Art.º 98.º do Regulamento de Disciplina Militar (RDM), aprovado pela Lei Orgânica n.º 2/2009, de 22 de Julho, é deduzida contra F (Posto, NIM e Nome completo do arguido), a presente Acusação:

I

No dia ... do mês de ... do ano de..., pelas ... horas e ... minutos, o arguido, detentor da licença de condução n.º ..., seguia na Rua ..., conduzindo a viatura militar ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., que se dirigia para ..., em serviço superiormente determinado, ao pretender atravessar o cruzamento situado nessa Rua junto do prédio com o n.º ..., não tendo respeitado o sinal de perda de prioridade existente, provocou um acidente de viação com uma viatura civil ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., conduzida e propriedade de J... (nome, bilhete de identidade, carta de condução), segurada na Companhia de Seguros X... (Identificação e número da apólice).

II

De acordo com a Declaração do Comandante ... (constante dos Autos a fls. ...) a viatura militar, conduzida por F... (nome e posto), no momento do acidente, encontrava-se no desempenho de serviço superiormente determinado.

III

Na viatura militar seguia F... (nome e posto), condutor, e os militares A... (nome e posto) e B ... (nome e posto).

IV

Na viatura civil apenas seguia o condutor J..., acima melhor identificado.

V

Do acidente não resultaram quaisquer feridos.

VI

No local esteve presente a Guarda Nacional Republicana, a qual elaborou Auto por Ocorrência de Acidente de Viação, tendo sido também realizados testes de alcoolemia a ambos os condutores, os quais resultaram negativos.

VII

Em consequência do acidente verificaram-se os seguintes danos materiais nas viaturas:

- a. Viatura Militar – Danos nos pára-choques, ópticas dianteiras e na pintura.*

- b. *Viatura Civil – Danos nas portas dianteira e traseira do lado do condutor, no espelho lateral do mesmo lado e na pintura do veículo.*

VIII

Estes danos foram devidamente avaliados em Relatório de Avaliação Pericial de Danos (constante dos Autos a fls. ...), tendo-se aí concluído que os danos existentes importam um custo de reparação de:

- a. *Viatura Militar - € 1.500,00 (Mil e quinhentos euros)*
- b. *Viatura Civil - € 2.500,00 (Dois mil e quinhentos euros)*

IX

O Arguido prestou declarações (constantes dos Autos a fls. ...) onde reconheceu que por sua distração não se apercebeu da aproximação da viatura civil aquando da chegada ao cruzamento, não se tendo responsabilizado pelo pagamento dos danos emergentes do acidente de viação.

X

Das declarações do chefe de viatura, do condutor civil e das diversas testemunhas resulta que o acidente foi causado pelo facto do arguido ter avançado no cruzamento sito na Rua ..., sem ter respeitado o sinal de perda de prioridade existente.

XI

Do relatório elaborado na sequência da reconstituição do acidente de viação (constante dos Autos a fls ...), os peritos atribuíram a culpabilidade total do acidente ao condutor militar F..., que conduzia a viatura militar ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-...

XII

Com a conduta descrita o Arguido F... violou o dever de zelo, previsto no Art.º 17.º n.º 1 e n.º 2 alínea b) do RDM e o dever de correcção previsto no Art.º 23.º n.º 1 e n.º 2 alínea e) do RDM, bem como os deveres decorrentes do Artigo 36.º n.º 1 alíneas a) e b) da Portaria n.º 23 091, de 27DEC1967, por infracção aos Artigos 29.º e 30.º n.º 1 do actual Código da Estrada, cometendo assim uma infracção disciplinar a sancionar com uma das penas previstas no Art.º 30.º do RDM.

XIII

Nos termos do n.º 1 do Art.º 99.º do RDM é conferido ao Arguido o prazo de 10 dias úteis para apresentar a sua defesa por escrito, podendo dizer ou requerer o que tiver por conveniente para a mesma e indicar quaisquer meios de prova, tendo ainda o direito de constituir defensor.

Nos termos do n.º 2 do Art.º 103.º do RDM, serão indeferidas as diligências requeridas, quando sejam meramente dilatórias, impertinentes ou desnecessárias, ou sejam considerados suficientemente provados os factos alegados pelo arguido na sua defesa.

... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)

O Oficial Instrutor (Assinatura e Posto)

436. Minuta – Exemplo de Certidão de Notificação da Acusação

S... (Oficial Instrutor) da ... (U/E/O) ... certifico ter notificado no dia ... do mês de ... do ano de..., pelas ... horas e ... minutos, em ... (lugar onde se efectua a notificação) F... (nome e posto do Arguido) de todo o conteúdo da Acusação, de acordo com o disposto no artigo 98.º do Regulamento de Disciplina Militar (RDM), deduzida no processo disciplinar n.º .../....., que lhe foi mandado instaurar em ... (dia) de ... (mês) de ... (ano), por ... (entidade que determinou a instauração do processo).

Da Acusação foi, neste acto, entregue uma cópia ao notificado.

O notificado foi, ainda, informado de que:

- *Poderá, nos termos do n.º 1 do Art.º 99.º do RDM, apresentar a sua defesa por escrito, no prazo de 10 dias úteis, podendo dizer ou requerer o que tiver por conveniente para a mesma e indicar quaisquer meios de prova tendo ainda o direito de constituir defensor.*
- *Que, nos termos do n.º 5 do Art.º 102.º do RDM, a não apresentação de defesa dentro do prazo fixado vale como sua efectiva audiência, para todos os efeitos legais.*

E de como recebeu uma cópia da referida Acusação, vai assinar comigo (ou, não assina por se ter recusado a fazê-lo sendo testemunhas X... e Y... (nome, estado civil, profissão e morada) que assistiram ao acto e vão assinar comigo).

... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)

O Oficial Instrutor (Assinatura e Posto)

O Arguido (Assinatura e Posto)

437. Defesa Escrita

- a. O Arguido tem um prazo de 10 dias úteis, a contar da notificação da Acusação, para apresentar a sua defesa, por escrito. Este prazo, no entanto, poderá ser alongado até 30 dias úteis, quando o processo seja complexo (pelo número e natureza das infracções ou por abranger vários Arguidos) ou quando se tenha verificado a prorrogação do prazo do termo da instrução (em que a instrução neste caso poderá prolongar-se até 90 dias úteis – Art.º 93.º n.º 2 do RDM). Nos casos de ausência em parte incerta, o prazo para a apresentação da defesa será de 45 dias úteis (Art.º 99.º RDM).
- b. Na sua defesa o Arguido deve expor, com clareza e concisão, as razões de facto e de direito de discordância relativamente à Acusação, devendo ainda apresentar também o seu rol de testemunhas.
- c. A não apresentação da defesa dentro do prazo fixado, equivale a uma efectiva audiência do Arguido, para todos os efeitos legais (Art.º 102.º n.º 5 do RDM).

SECÇÃO VI – RELATÓRIO E DECISÃO

438. Relatório do Oficial Instrutor

- a. Uma vez concluída a instrução do processo disciplinar e finda a fase da defesa, ou seja, logo que esgotadas todas as diligências de prova, o Oficial Instrutor deve elaborar um relatório onde expõe os factos objecto do processo que considera provados e não provados, a sua qualificação como infracção disciplinar e o grau de culpa do arguido (Art.º 104.º n.º 1 do RDM), o qual juntará ao processo e apresentará à entidade que o mandou instaurar (Art.º 104.º n.º 3 do RDM). Se neste relatório o Oficial Instrutor considerar infundada a Acusação, deve propor o arquivamento do processo (Art.º 104.º n.º 2 do RDM).

- b. A finalidade do relatório do Oficial Instrutor é habilitar a entidade competente para decidir do processo com uma importante ferramenta, que lhe deverá permitir tomar uma decisão célere, justa e devidamente fundamentada. Não se trata, naturalmente, de decidir o processo disciplinar apenas com base no relatório; este, porém, deverá facultar uma breve percepção de toda a realidade apurada ao longo da Instrução e respectivo enquadramento disciplinar, permitindo, se tal for considerado necessário por parte de quem decide, uma rápida localização nos autos de todos os elementos relevantes.
- c. O relatório do Oficial Instrutor deve então conter:
 - (1) Exposição relativa aos factos objecto do processo que o Oficial Instrutor considera provados e não provados;
 - (2) A sua qualificação como infracção disciplinar;
 - (3) O grau de culpa do arguido.
- d. O Oficial Instrutor mercê da posição especialmente privilegiada que detém relativamente à investigação, melhor do que ninguém deverá conhecer quais os factos provados e não provados e, de entre os primeiros, quais os que têm interesse para a valoração disciplinar da conduta do arguido. Assim, o Oficial Instrutor deverá consignar no seu relatório quais os factos que considera provados, enumerando-os com remissão para as partes ou peças do processo em que se materializa tal prova, devendo ainda, por uma questão de rigor e sistemática, indicar quais os factos que, podendo ser relevantes, ainda assim não resultaram provados.
- e. Para uma conveniente e adequada sistematização do relatório deve, a enunciação da factualidade apurada, ser precedida de uma sucinta exposição das razões que determinaram a instauração do processo disciplinar e de um resumo explicativo das formalidades processuais cumpridas.
- f. Assim, o relatório do Oficial Instrutor deverá começar por uma breve “introdução”, a qual consistirá num resumo da actividade processual, composto por três segmentos:
 - (1) A origem do processo (participação ou queixa e despacho de instauração);
 - (2) Audiência do arguido (referência à Acusação e correspondente defesa ou resposta do arguido);

- (3) As diligências probatórias (breve referência às diligências que foram efectuadas, seja por iniciativa do Oficial Instrutor, seja mediante requerimento do arguido, ao eventual indeferimento de alguma ou algumas diligências requeridas e possíveis incidentes ou vicissitudes verificadas na produção da prova).
- g. Seguidamente, deverá o Oficial Instrutor, proceder à qualificação da conduta do arguido como infracção disciplinar, ou seja, deverá concluir, de forma sucintamente fundamentada, pela violação ou não, de algum ou alguns dos deveres militares a que se encontra sujeito o arguido.
- h. O Oficial Instrutor deverá ainda consignar, no seu relatório, qual o grau de culpa do arguido. Neste caso, haverá que ponderar qual a medida em que o arguido terá efectivamente querido fazer uma certa coisa – contrária ao dever militar – ou não terá tido um determinado cuidado ou cautela para evitar que determinada coisa - contrária ao dever militar – sucedesse ou acontecesse.
- i. Depois, haverá que avaliar o grau de censura que nos merece aquela atitude do arguido, o qual se deverá aferir, em face dos deveres militares e segundo as regras de experiência comum na Instituição, pela maior ou menor exigibilidade de conduta ou procedimento diferente daquele que o arguido adoptou.
- j. Podemos, pois, concluir que o grau de culpa do arguido será tanto maior, quanto maior for a sua responsabilidade na ocorrência da acção ou omissão contrária ao dever militar e quanto mais exigível lhe fosse a adopção de comportamento diferente ou oposto do por ele assumido naquelas circunstâncias.
- k. Haverá que ter em conta que o grau de culpa do arguido poderá surgir “condimentado” por alguma circunstância agravante ou atenuante da responsabilidade disciplinar, de entre as que se encontram tipificadas no Regulamento de Disciplina Militar e na Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966. Se assim for, deve o relatório mencioná-las, tendo presente que, no que respeita às circunstâncias agravantes, estas só podem ser consideradas desde que os factos que as integram expressamente constem da Acusação (exemplificando: para que se possa invocar a circunstância agravante prevista na alínea c) do n.º 1 do Art.º 40.º do RDM, importa que da Acusação conste, pelo menos, uma descrição pormenorizada dos actos cometidos pelo arguido com especial ênfase nas características desprestigiantes dos mesmos e quais as pessoas que os

presenciaram ou que deles tiveram conhecimento, para que daí se possa inferir que o prestígio das Forças Armadas ficou diminuído com a conduta do arguido).

439. Decisão

- a. A Decisão do processo disciplinar é o acto administrativo pelo qual a entidade competente formaliza e exterioriza a sua vontade sobre a realidade apurada no processo; é, obrigatoriamente, um despacho escrito e fundamentado (Art.º 106.º n.ºs 1 e 2 do RDM).
- b. A primeira posição que, a entidade competente para decidir, terá que tomar relativamente ao processo é sobre se considera que a respectiva Instrução está ou não completa. Isto porque, caso entenda que é necessário ou conveniente, para a descoberta da verdade, a realização de novas diligências ou, ainda, caso verifique que foi cometida alguma ilegalidade (nulidade) durante a Instrução deverá abster-se de decidir sobre o desfecho do processo, antes devolvendo os Autos ao Oficial Instrutor, ordenando o que, segundo as circunstâncias, considerar conveniente. Também esta tomada de posição, não sendo ainda a “decisão” do processo disciplinar, deverá constar de despacho escrito e minimamente fundamentado (Art.º 105.º do RDM).
- c. Se esta entidade, no entanto, considerar que não dispõe de competência para decidir o processo, envia-o de imediato para a entidade competente (Art.º 104.º n.º 4 do RDM).
- d. Caso, pelo contrário, entenda que dispõe de competência para decidir e que a Instrução do processo está completa – ou seja, que os autos contêm todos os elementos relevantes para apreciar a conduta do Arguido, tendo sido integralmente respeitado o direito de defesa deste – proferirá então a “Decisão final” sobre o mesmo, no prazo de 15 dias úteis contados da data da recepção do processo (Art.º 106.º n.º 1 do RDM).
- e. E nessa mesma Decisão, deverá a entidade competente para decidir pronunciar-se por uma das seguintes soluções:
 - (1) Decisão de arquivamento do processo, sem aplicação de qualquer sanção disciplinar.
 - (2) Decisão de aplicação de uma sanção disciplinar, em virtude de se ter provado o cometimento de infracção disciplinar por parte do arguido.

- f. A Decisão de arquivamento do processo disciplinar deve ser fundamentada (podendo a fundamentação consistir na mera concordância com o relatório do Oficial Instrutor), contendo quer a identificação do arguido quer a indicação dos factos dados como provados, bem como que o processo foi arquivado por falta de prova da culpabilidade do arguido, pela inocência deste, pela extinção do procedimento disciplinar ou por os factos não constituírem ilícito disciplinar (Art.º 106.º n.º 4 do RDM).
- g. A Decisão punitiva deve ser fundamentada (podendo a fundamentação consistir na mera concordância com o relatório do Oficial Instrutor), devendo conter nomeadamente – Art.º 106.º n.º 3 do RDM:
 - (1) A identificação do arguido;
 - (2) A indicação dos factos dados como provados;
 - (3) A qualificação dos factos como infracção disciplinar, com indicação dos preceitos legais violados;
 - (4) A indicação de circunstâncias com influência no grau de culpa do arguido;
 - (5) A pena aplicada.
- h. A primeira preocupação a ter na elaboração do chamado despacho punitivo será a da rigorosa observância do dever de fundamentação; quer isto dizer, que o despacho que aplique uma pena disciplinar ao arguido – seja ela qual for – deverá conter a sucinta descrição dos factos apurados e imputados ao arguido, a referência aos correspondentes deveres disciplinares que se consideram violados e uma breve enunciação dos critérios seguidos na aplicação concreta da pena; a omissão desta formalidade consubstancia um dos mais graves vícios tipificados no Direito Administrativo denominado “falta de fundamentação”, o qual pode implicar a anulação do despacho punitivo, se oportunamente invocado pelo arguido (Art.º 268.º da CRP, Arts. 124.º, 125.º e 135.º do CPA e Arts. 39.º e 106.º do RDM).
- i. Posto isto, mais evidente se torna quão importante e útil pode ser o “relatório” do Oficial Instrutor, desde que correctamente elaborado: se nada tiver sido omitido nessa peça processual e se a mesma corresponder, com exactidão, à realidade apurada no processo, a fundamentação do “despacho punitivo” estará muito facilitada uma vez que a entidade competente poderá optar por reproduzir no “despacho punitivo” as partes relevantes do “relatório” ou, se o preferir, poderá limitar-se a enunciar sucintamente qual a pena disciplinar que entende aplicar e

porquê, remetendo, quanto ao mais da fundamentação, para o teor do “relatório”, com expressa indicação de quais as partes do mesmo para que remete – é a chamada “fundamentação por remissão, que encontra a sua razão de ser no “princípio da eficiência” e no “dever de celeridade”, sempre com inteira salvaguarda dos correspondentes direitos do arguido – é claro que neste caso ao proceder-se à notificação do arguido, haverá que dar-lhe cópia não só do despacho decisório, mas também do relatório para o qual este remete.

440. Notificação da Decisão

- a. A notificação da Decisão constitui a última grande formalidade essencial desta fase do procedimento e, constituindo o momento formal em que o arguido toma conhecimento do desfecho que coube ao processo que foi instaurado, impõe-se que, a mesma, se faça com integral observância de todas as regras aplicáveis.
- b. Relativamente à forma da notificação, dispõe o RDM, no seu Art.º 107.º, que a decisão final é notificada pessoalmente ao arguido e publicada, por extracto, em ordem de serviço. Nos casos de ausência do arguido em parte incerta, a decisão será, ainda, publicada na 2.ª série do Diário da República. A publicação apenas não terá lugar quando a pena aplicada for a de repreensão ou de repreensão agravada.
- c. Quanto ao conteúdo da notificação, inexistindo disposições, quanto a esta matéria, quer no RDM, quer no CPP, teremos de recorrer supletivamente às disposições constantes do CPA – cf. Art.º 10.º do RDM - o qual dispõe que a notificação deve conter:
 - (1) O texto integral do acto administrativo (ou seja, da Decisão), o que compreende naturalmente a sua fundamentação completa;
 - (2) A identificação do processo, aí se incluindo a indicação do autor do acto e a data deste;
 - (3) A indicação de qual o Órgão competente para apreciar a impugnação do acto (reclamação ou recurso hierárquico) e qual o prazo para esse efeito.
- d. Importa esclarecer que a eventual omissão de algum ou alguns destes elementos da notificação não acarreta qualquer vício da Decisão propriamente dita: se esta for legal e tiver sido proferida de forma perfeita e válida, não será inquinada por esta irregularidade. Qual será então a consequência jurídica da não observância integral das regras da notificação? Poderá tornar-se problemática e controversa a contagem do prazo para eventual impugnação da Decisão, pois um acto

notificado de forma imperfeita, em regra, não produz quaisquer efeitos (Art.º 60.º n.º 1 do Código de Processo nos Tribunais Administrativos – CPTA) – acresce ainda que o arguido poderá lançar mão (não sendo porém obrigado a fazê-lo) do meio processual de requerer à entidade que proferiu o acto a notificação das indicações em falta ou a passagem de certidão que as contenha, bem como, se necessário, de pedir a correspondente intimação judicial, nos termos previstos nos Arts. 104.º e seguintes do CPTA (Art.º 60.º n.º 2 do CPTA). Diremos assim e em conclusão que, a fim de evitar a abertura de novas frentes de litígio com o arguido, é absolutamente recomendável a integral observância dos requisitos supra enunciados.

- e. De registar, finalmente, como natural desiderato das regras supra, que a publicação da Decisão em Ordem de Serviço não equivale à notificação do arguido, apenas tendo relevância quanto a este, a notificação pessoal feita nos termos do Art.º 107.º n.º 1 do RDM, só se contando os prazos da reclamação ou recurso hierárquico a partir da data em que aquela se mostre efectuada. De facto, os interesses que presidem a uma e a outra formalidade são diferentes: a publicação em Ordem de Serviço, por extracto, destina-se fundamentalmente a dar a conhecer aos demais efectivos da Unidade qual a forma como foi sancionada uma determinada conduta, assim se procurando alcançar um saudável “efeito profiláctico”, sempre benéfico para a disciplina em geral; já a notificação ao arguido visa principalmente dar-lhe a conhecer na íntegra a decisão que mereceu o processo disciplinar que lhe foi instaurado, permitindo-lhe o efectivo exercício do direito de impugnação, se assim o pretender. É, pois, indispensável que haja uma certeza tão firme quanto possível quanto ao efectivo conhecimento, por parte do arguido, do conteúdo integral da Decisão do processo e, não menos importante, quanto ao momento exacto em que tal conhecimento ocorre.

441. Vícios Comuns na Fase do Relatório do Oficial Instrutor e na Decisão do Processo Disciplinar

Destacamos os vícios mais comuns na fase do Relatório do Oficial Instrutor e na Decisão final do processo:

- a. Falta de rigor na elaboração do Relatório do Oficial Instrutor: esta falta de rigor emerge da não distinção do que é facto, daquilo que não o é, da não referenciação das peças processuais a que se reportam os factos relatados e da

errada indicação das normas jurídicas violadas. Para evitar esta situação, o relatório deve ser encarado como a verdadeira síntese de todo o processo, aí se procedendo ao relato de tudo o que de relevante se passou na instrução, deixando em evidência toda a matéria que interessa a uma boa decisão.

- b. Aplicação de punição por factos que não constavam da Acusação: acontece que, por vezes, no decurso da Instrução, “vêm a lume” novos contornos ou novos pormenores da actuação ou conduta do arguido que não constavam da redacção da Acusação que lhe foi entregue; ora, esses novos elementos enquanto factos integradores da conduta do arguido, só poderão ser tidos em consideração na Decisão final desde que lhe tenha sido dada a possibilidade de, sobre eles, se pronunciar; a não observância desta regra traduz-se em nulidade insanável equivalente à falta de audiência do arguido (Art.º 78.º n.º 1 alínea a) do RDM), contaminando irremediavelmente a Decisão final. Portanto, sempre que, durante a Instrução e após a entrega da Acusação, se venham a apurar novos factos, devem estes ser consignados em nova Acusação, emitida em aditamento à anterior, à qual poderá o Arguido responder nos mesmos termos em que o fez quanto à primeira; se esta cautela não for ou não tiver sido tomada, deverá então a entidade competente abster-se de considerar e invocar aqueles novos elementos (não constantes na Acusação) ao proferir a Decisão final.
- c. Consideração de circunstâncias agravantes correspondentes a factos não incluídos na Acusação: trata-se de um problema semelhante ao anterior, nem sempre se tem presente que a “circunstância agravante” há-de resultar, sempre, da verificação de determinados factos não integrantes da conduta do arguido, mas que a qualificam, caracterizam ou “condimentam”. E sobre eles tem o arguido que dispor da possibilidade de se pronunciar, sob pena de se verificar uma ilegalidade que comprometa, porventura irremediavelmente, o êxito do processo. Para evitar este problema, o Oficial Instrutor, deve ter o cuidado de consignar sempre na Acusação os factos integradores das circunstâncias agravantes que sejam relevantes; caso os mesmos não constem da Acusação, seja porque foram omitidos por lapso, seja porque só posteriormente se tornaram conhecidos e se entenda que, as correspondentes circunstâncias agravantes têm relevância, deve então elaborar-se nova Acusação, em aditamento à anterior, cumprindo-se novamente todas as formalidades inerentes à defesa do arguido; caso contrário, deve a entidade competente abster-se de considerar e invocar as

circunstâncias agravantes que não disponham do correspondente suporte factual.

- d. Redacção do despacho punitivo com fundamentação deficiente ou insuficiente: todos os actos administrativos que afectem direitos ou imponham sanções têm necessariamente de ser fundamentados nos termos gerais do Direito – Art.º 268.º n.º 3 da CRP e Art.º 124.º do CPA. O despacho punitivo, aplicado no culminar do processo disciplinar militar, sofre uma redobrada exigência nesse sentido, porque o próprio RDM, expressamente, obriga à sua fundamentação – Art.º 106.º n.º 2 do RDM e Art.º 125.º do CPA. A fundamentação deve ser expressa e conter a sucinta descrição dos factos e a invocação do Direito. Nem sempre assim acontece com os despachos punitivos, o que acarreta, pelo menos, a anulabilidade dos mesmos. Para evitar este problema, não se deve nunca prescindir da adequada e completa fundamentação do despacho punitivo, fazendo consignar, ainda que de forma resumida os factos que se consideram provados, como cometidos pelo arguido, e as normas do RDM que, por consequência, foram violadas; podem fazer-se, naturalmente, juízos de valor e apreciativos, já que se está, precisamente, a apreciar valorativamente uma determinada conduta; o que já se deve evitar a todo o custo é a substituição dos factos (que não se podem dispensar) pela invocação de meros conceitos vagos ou inconclusivos.
- e. Falta de notificação do despacho decisório ao arguido: trata-se de uma formalidade essencial que, em caso algum, pode ser omitida e não é substituída pela publicação em Ordem de Serviço. Enquanto o despacho não for integralmente notificado, não produz quaisquer efeitos quanto ao arguido e não tem, por conseguinte, qualquer eficácia. Assim, não se deve, em circunstância alguma, prescindir da notificação integral, ao arguido, do despacho que decide o processo disciplinar, independentemente do sentido da decisão ser, ou não, desfavorável a este.

442. Minuta – Exemplo de Relatório Final do Oficial Instrutor

I

GENERALIDADES

Em cumprimento do despacho de .../.../..... do Exmo. Comandante (Director ou Chefe) da ... (U/E/O), procedeu-se à instrução do presente processo disciplinar por

acidente de viação, destinado a apurar a responsabilidade disciplinar de F..., pelo acidente de viação ocorrido no dia ... do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos.

O referido acidente ocorreu quando o arguido, detentor da licença de condução n.º ..., seguia na Rua ..., conduzindo a viatura militar ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., que se dirigia para ..., em serviço superiormente determinado, ao pretender atravessar o cruzamento situado nessa Rua junto do prédio com o n.º ..., não tendo respeitado o sinal de perda de prioridade existente, provocou um acidente de viação com uma viatura civil ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., conduzida e propriedade de J... (nome, bilhete de identidade, carta de condução), segurada na Companhia de Seguros X... (Identificação e número da apólice).

De acordo com a Declaração do Comandante ... (constante dos Autos a fls. ...) a viatura militar, conduzida por F... (nome e posto), no momento do acidente, encontrava-se no desempenho de serviço superiormente determinado.

Na viatura militar seguia F... (nome e posto), condutor, e os militares A... (nome e posto) e B ... (nome e posto).

Na viatura civil apenas seguia o condutor J..., acima melhor identificado.

Do acidente não resultaram quaisquer feridos.

No local esteve presente a Guarda Nacional Republicana, a qual elaborou Auto por Ocorrência de Acidente de Viação, tendo sido também realizados testes de alcoolemia a ambos os condutores, os quais resultaram negativos.

Em consequência do acidente verificaram-se os seguintes danos materiais nas viaturas:

- a. Viatura Militar – Danos nos pára-choques, ópticas dianteiras e na pintura.*
- b. Viatura Civil – Danos nas portas dianteira e traseira do lado do condutor, no espelho lateral do mesmo lado e na pintura do veículo.*

II

DILIGÊNCIAS EFECTUADAS

- 1. Foi ouvido em declarações o Arguido (a fls. ...) o qual referiu ...*
- 2. Foi ouvido em declarações o Chefe de Viatura (a fls. ...) o qual referiu ...*
- 3. Foi ouvido em declarações o Condutor da Viatura Civil (a fls. ...) o qual referiu ...*
- 4. Foi inquirida a testemunha do acidente A... (a fls. ...) a qual referiu ...*
- 5. Foram juntos aos Autos os seguintes elementos de prova documental:*

- a) *Fotocópia autenticada da Folha de Matrícula do Arguido;*
 - b) *Fotocópia do boletim de condução do Arguido;*
 - c) *Fotocópia autenticada do documento de identificação do condutor de viatura civil;*
 - d) *Fotocópia autenticada do documento único automóvel do veículo civil interveniente;*
 - e) *Documento identificando a Companhia de Seguros da viatura civil, o número de apólice que titula o respectivo contrato de seguro e sua validade;*
 - f) *Fotocópia autenticada do boletim de serviço da viatura militar;*
 - g) *Declaração do Comandante (Director/Chefe) atestando que, de facto, aquela viatura militar, conduzida por aquele condutor no momento do acidente, se encontrava no desempenho de serviço superiormente determinado;*
 - h) *Lista nominal dos militares e/ou civis transportados na viatura, contendo o seu nome, posto e numero de identificação militar ou identificação civil;*
 - i) *Informação fornecida pela respectiva U/E/O sobre a situação da viatura militar à data do encerramento da instrução do PDAV;*
6. *Foi também elaborada proposta relativa à não cassação do boletim de condução do arguido, devidamente justificada de acordo com a circunstância constante na alínea b) do Art.º 21.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966, tendo, a mesma, sido objecto de respectivo despacho do Comandante (Director/Chefe).*
7. *Procedeu-se à avaliação pericial dos danos causados nas viaturas acidentadas, tendo sido juntos, aos Autos, o respectivo relatório de avaliação de danos (a fls.), o qual concluiu que os danos existentes importam um custo de reparação de € 1.500,00 (Mil e quinhentos euros), na viatura militar, e de € 2.500,00 (Dois mil e quinhentos euros), na viatura civil.*
8. *Procedeu-se, ainda, à reconstituição do acidente de viação, tendo sido junto, aos Autos, o respectivo relatório, o qual concluiu:*
- a) ...
 - b) ...
9. *Em ... foi deduzida Acusação (constante dos Autos a fls. ...), imputando-se ao Arguido a prática de infracção disciplinar decorrente da autoria material dos factos nela constantes, a qual foi devidamente notificada em ... (cfr. certidão de notificação constante dos Autos a fls. ...)*
10. *O Arguido apresentou defesa escrita nos termos da sua resposta de fls. ..., alegando, em síntese, o seguinte:*

a) ...

b) ...

II

ANÁLISE

11. *Da análise crítica de todos os elementos probatórios juntos aos Autos, dá-se como provada a seguinte factualidade:*

a) ...

b) ...

12. *Da análise crítica de todos os elementos probatórios juntos aos Autos, não se dá como provada a seguinte factualidade:*

a) ...

b) ...

13. *Com a conduta descrita o Arguido F... violou o dever de zelo, previsto no Art.º 17.º n.º 1 e n.º 2 alínea b) do RDM e o dever de correcção previsto no Art.º 23.º n.º 1 e n.º 2 alínea e) do RDM, bem como os deveres decorrentes do Artigo 36.º n.º 1 alíneas a) e b) da Portaria n.º 23 091, de 27DEC1967, por infracção aos Artigos 29.º e 30.º n.º 1 do actual Código da Estrada, cometendo assim uma infracção disciplinar a sancionar com uma das penas previstas no Art.º 30.º do RDM.*

14. *Não se verificam quaisquer circunstâncias agravantes nem atenuantes, previstas nos Artigos 40.º e 41.º do RDM, respectivamente, nem a circunstância atenuante do pagamento voluntário dos prejuízos, prevista no Artigos 27.º e 28.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966.*

15. *O Arguido F... não tem “auto de corpo de delito” pendente pelos factos respeitantes a este processo, nem qualquer processo de averiguações que esteja correndo os seus termos.*

16. *Não se procedeu à cassação do boletim de condução do arguido, por despacho do Comandante (Director/Chefe) devidamente fundamentado na circunstância constante na alínea b) do Art.º 21.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966.*

III

CONCLUSÕES

17. Dos factos provados e não provados e, designadamente, das declarações do Arguido, onde se refere ..., das declarações do Chefe de Viatura onde se refere ..., do condutor civil onde se refere ... e da testemunha A... que refere ..., bem como do relatório de reconstituição do acidente onde se conclui que a culpabilidade do acidente é inteiramente do arguido F..., uma vez que o acidente se ficou a dever ao facto do arguido ter avançado no cruzamento sito na Rua ..., sem ter respeitado o sinal de perda de prioridade existente, concluo que a culpabilidade do acidente de viação ocorrido em ... (GDH) é inteiramente do Arguido F....

18. Com a sua conduta o Arguido F... violou o dever de zelo, previsto no Art.º 17.º n.º 1 e n.º 2 alínea b) do RDM e o dever de correcção previsto no Art.º 23.º n.º 1 e n.º 2 alínea e) do RDM, bem como os deveres decorrentes do Artigo 36.º n.º 1 alíneas a) e b) da Portaria n.º 23 091, de 27DEC1967, por infracção aos Artigos 29.º e 30.º n.º 1 do actual Código da Estrada, cometendo assim uma infracção disciplinar a sancionar com uma das penas previstas no Art.º 30.º do RDM.

... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)

O Oficial Instrutor (Assinatura e Posto)

443. Minuta – Exemplo de Despacho Decisório - Com Remissão para o Relatório do Oficial Instrutor

Em cumprimento do meu despacho de .../.../....., constante dos Autos a fls. ..., procedeu-se à instrução do presente processo, destinado a apurar a responsabilidade disciplinar de F..., pelo acidente de viação ocorrido no dia ... do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos ..., em que foi interveniente.

Concordo na íntegra com as conclusões do Oficial Instrutor do processo, pelo que considero toda a matéria como tal consignada no relatório, o qual aqui dou por integralmente reproduzido.

Com interesse para a causa, resultou provado:

a) ...

b) ...

Com interesse para a causa, não resultou provado:

a) ...

b) ...

Com a sua conduta, o arguido, cometeu uma infracção disciplinar por violação do dever de zelo, previsto no Art.º 17.º n.º 1 e n.º 2 alínea b) do RDM e do dever de correcção previsto no Art.º 23.º n.º 1 e n.º 2 alínea e) do RDM, bem como os deveres decorrentes do Artigo 36.º n.º 1 alíneas a) e b) da Portaria n.º 23 091, de 27DEC1967, por infracção aos Artigos 29.º e 30.º n.º 1 do actual Código da Estrada.

Assim, atendendo ao grau da ilicitude do facto, ao grau de culpa do infractor, à responsabilidade decorrente da categoria e posto e à antiguidade neste do arguido, à sua personalidade, à sua conduta anterior e posterior, à natureza do serviço por si desempenhado, aos resultados perturbadores na disciplina, e às demais circunstâncias em que a infracção foi cometida (importa referir que todos os critérios referidos terão de ser sustentados no Despacho Decisório com base em factos do Processo – Por ex: atendendo à responsabilidade decorrente da categoria e posto e à antiguidade neste do arguido, uma vez que é SCh a prestar serviço militar no Exército há 25 anos...), e não havendo circunstâncias agravantes e atenuantes a ponderar, PUNO com (Pena a aplicar) o (posto e nome do arguido).

... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)

O Comandante (Director ou Chefe) (Assinatura e Posto)

444. Minuta – Exemplo de Despacho Decisório - Sem Remissão para o Relatório do Oficial Instrutor

Em cumprimento do meu despacho de .../.../....., procedeu-se à instrução do presente processo disciplinar por acidente de viação, destinado a apurar a responsabilidade disciplinar de F..., pelo acidente de viação ocorrido no dia ... do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos.

O referido acidente ocorreu quando o arguido, detentor da licença de condução n.º ..., seguia na Rua ..., conduzindo a viatura militar ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., que se dirigia para ..., em serviço superiormente determinado, ao pretender atravessar o cruzamento situado nessa Rua junto do prédio com o n.º ..., não tendo respeitado o sinal de perda de prioridade existente, provocou um acidente de viação com uma viatura civil ... (marca e modelo), com a matrícula ...-...-..., conduzida e propriedade de J... (nome, bilhete de identidade, carta de condução), segurada na Companhia de Seguros X... (Identificação e número da apólice).

A viatura militar encontrava-se no desempenho de serviço superiormente determinado de acordo com a minha Declaração de fls

Na viatura militar seguia F... (nome e posto), condutor, e os militares A... (nome e posto) e B ... (nome e posto).

Na viatura civil apenas seguia o condutor J..., acima melhor identificado.

Do acidente não resultaram quaisquer feridos.

No local esteve presente a Guarda Nacional Republicana, a qual elaborou Auto por Ocorrência de Acidente de Viação, tendo sido também realizados testes de alcoolemia a ambos os condutores, os quais resultaram negativos.

Em consequência do acidente verificaram-se os seguintes danos materiais nas viaturas:

- a. Viatura Militar – Danos nos pára-choques, ópticas dianteiras e na pintura.*
- b. Viatura Civil – Danos nas portas dianteira e traseira do lado do condutor, no espelho lateral do mesmo lado e na pintura do veículo.*

Na instrução do mesmo, foram realizadas as seguintes diligências:

- 1. Foi ouvido em declarações o Arguido (a fls. ...) o qual referiu ...*
- 2. Foi ouvido em declarações o Chefe de Viatura (a fls. ...) o qual referiu ...*
- 3. Foi ouvido em declarações o Condutor da Viatura Civil (a fls. ...) o qual referiu ...*
- 4. Foi inquirida a testemunha do acidente A... (a fls. ...) a qual referiu ...*
- 5. Foram juntos aos Autos os seguintes elementos de prova documental:*
 - a) Fotocópia autenticada da Folha de Matrícula do Arguido;*
 - b) Fotocópia do boletim de condução do Arguido;*
 - c) Fotocópia autenticada do documento de identificação do condutor de viatura civil;*
 - d) Fotocópia autenticada do documento único automóvel do veículo civil interveniente;*

- e) *Documento identificando a Companhia de Seguros da viatura civil, o número de apólice que titula o respectivo contrato de seguro e sua validade;*
 - f) *Fotocópia autenticada do boletim de serviço da viatura militar;*
 - g) *Declaração do Comandante (Director/Chefe) atestando que, de facto, aquela viatura militar, conduzida por aquele condutor no momento do acidente, se encontrava no desempenho de serviço superiormente determinado;*
 - h) *Lista nominal dos militares e/ou civis transportados na viatura, contendo o seu nome, posto e numero de identificação militar ou identificação civil;*
 - i) *Informação fornecida pela respectiva U/E/O sobre a situação da viatura militar à data do encerramento da instrução do PDAV;*
6. *Foi também elaborada proposta relativa à não cassação do boletim de condução do arguido, devidamente justificada de acordo com a circunstância constante na alínea b) do Art.º 21.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966, tendo, a mesma, sido objecto de meu despacho.*
7. *Procedeu-se à avaliação pericial dos danos causados nas viaturas acidentadas, tendo sido juntos, aos Autos, o respectivo relatório de avaliação de danos (a fls.), o qual concluiu que os danos existentes importam um custo de reparação de € 1.500,00 (Mil e quinhentos euros), na viatura militar, e de € 2.500,00 (Dois mil e quinhentos euros), na viatura civil.*
8. *Procedeu-se, ainda, à reconstituição do acidente de viação, tendo sido juntos, aos Autos, o respectivo relatório o qual concluiu:*
- a) ...
 - b) ...
9. *Em ... foi deduzida Acusação (constante dos Autos a fls. ...), imputando-se ao Arguido a prática de infracção disciplinar decorrente da autoria material dos factos nela constantes, a qual foi devidamente notificada em ... (cfr. certidão de notificação constante dos Autos a fls. ...).*
10. *O Arguido apresentou defesa escrita nos termos da sua resposta de fls. ..., alegando, em síntese, o seguinte:*
- a) ...
 - b) ...

Da análise crítica de todos os elementos probatórios juntos aos Autos, dá-se como provada a seguinte facticidade:

- a) ...

b) ...

Da análise crítica de todos os elementos probatórios juntos aos Autos, não se dá como provada a seguinte factualidade:

a) ...

b) ...

Com a conduta descrita o Arguido F... violou o dever de zelo, previsto no Art.º 17.º n.º 1 e n.º 2 alínea b) do RDM e o dever de correcção previsto no Art.º 23.º n.º 1 e n.º 2 alínea e) do RDM, bem como os deveres decorrentes do Artigo 36.º n.º 1 alíneas a) e b) da Portaria n.º 23 091, de 27DEC1967, por infracção aos Artigos 29.º e 30.º n.º 1 do actual Código da Estrada, cometendo assim uma infracção disciplinar a sancionar com uma das penas previstas no Art.º 30.º do RDM.

Não se verificam quaisquer circunstâncias agravantes nem atenuantes, previstas nos Artigos 40.º e 41.º do RDM, respectivamente, nem a circunstância atenuante do pagamento voluntário dos prejuízos, prevista no Artigos 27.º e 28.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966.

O Arguido F... não tem “auto de corpo de delito” pendente pelos factos respeitantes a este processo, nem qualquer processo de averiguações que esteja correndo os seus termos.

Não se procedeu à cassação do boletim de condução do arguido, por meu despacho devidamente fundamentado na circunstância constante na alínea b) do Art.º 21.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966.

Dos factos provados e não provados e, designadamente, das declarações do Arguido, onde se refere ..., das declarações do Chefe de Viatura onde se refere ..., do condutor civil onde se refere ... e da testemunha A... que refere ..., bem como do relatório de reconstituição do acidente onde se conclui que a culpabilidade do acidente é inteiramente do arguido F..., uma vez que o acidente se ficou a dever ao facto do arguido ter avançado no cruzamento sito na Rua ..., sem ter respeitado o sinal de perda de prioridade existente, concluo que a culpabilidade do acidente de viação ocorrido em ... (GDH) é inteiramente do Arguido F....

Com a sua conduta o Arguido F... violou o dever de zelo, previsto no Art.º 17.º n.º 1 e n.º 2 alínea b) do RDM e o dever de correcção previsto no Art.º 23.º n.º 1 e n.º 2 alínea e) do RDM, bem como os deveres decorrentes do Artigo 36.º n.º 1 alíneas a) e b) da Portaria n.º 23 091, de 27DEC1967, por infracção aos Artigos 29.º e 30.º n.º 1 do actual Código da Estrada, cometendo assim uma infracção disciplinar a sancionar com uma das penas previstas no Art.º 30.º do RDM.

Assim, atendendo ao grau da ilicitude do facto, ao grau de culpa do infractor, à responsabilidade decorrente da categoria e posto e à antiguidade neste do arguido, à sua personalidade, à sua conduta anterior e posterior, à natureza do serviço por si desempenhado, aos resultados perturbadores na disciplina, e às demais circunstâncias em que a infracção foi cometida (importa referir que todos os critérios referidos terão de ser sustentados no Despacho Decisório com base em factos do Processo – Por ex: atendendo à responsabilidade decorrente da categoria e posto e à antiguidade neste do arguido, uma vez que é SCh a prestar serviço militar no Exército há 25 anos...), e não havendo circunstâncias agravantes e atenuantes a ponderar, PUNO com (Pena a aplicar) o (posto e nome do arguido).

... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)

O Comandante (Director ou Chefe) (Assinatura e Posto)

445. Minuta – Exemplo de Certidão de Notificação da Decisão

S... (Oficial Instrutor) da ... (U/E/O) ... certifico ter notificado no dia ... do mês de ... do ano de..., pelas ... horas e ... minutos, em ... (U/E/O ou local onde se efectua a notificação) F... (nome e posto do Arguido) de todo o conteúdo do despacho de ... (data e entidade que assina o despacho) ... que lhe aplicou a pena de ... (indicar a pena efectivamente aplicada), no processo disciplinar que lhe foi mandado instaurar em ... (data) por ... (entidade que determinou a instauração do processo).

Do despacho punitivo (ou do despacho punitivo e relatório final) foi, neste acto, entregue uma cópia ao notificado.

O notificado foi, ainda, informado de que:

- *Poderá apresentar reclamação da pena que lhe foi aplicada, a qual deverá fazer por escrito no prazo de 15 dias úteis a contar da presente notificação, nos termos do Art.º 121.º do RDM, conjugado com o disposto no Art.º 162.º do CPA, dirigida ao ... (Comandante, Director ou Chefe).*
- *Poderá interpor recurso hierárquico, mediante requerimento escrito, com alegação dos respectivos fundamentos, dirigido ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas ou Chefe do Estado-Maior do Exército, consoante o caso, o qual deve ser apresentado na entidade recorrida, no prazo de 10 dias úteis a contar da presente notificação, nos termos dos Arts. 122.º e 124.º do RDM.*

E de como recebeu uma cópia do referido despacho (e relatório final), vai assinar comigo (ou, não assina por se ter recusado a fazê-lo sendo testemunhas X... e Y... (nome, estado civil, profissão e morada) que assistiram ao acto e vão assinar comigo).

... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)

O Oficial Instrutor (Assinatura e Posto)

O Arguido (Assinatura e Posto)

NOTA: Nos casos em que o despacho decisório tenha invocado ou remetido para o “relatório do Oficial Instrutor”, deverá ser entregue ao arguido, para além do referido despacho, uma cópia do mencionado relatório. Só assim estará completa e correctamente cumprida a notificação.

SECÇÃO VII – RESPONSABILIDADE CIVIL E EVENTUAIS INDEMNIZAÇÕES

446. Da inconveniência de se proceder à reparação dos veículos estranhos ao Exército antes da avaliação dos danos a efectuar por peritos militares
- a. O Oficial instrutor não poderá deixar de ter o cuidado de informar os intervenientes civis (aquando das suas inquirições inserindo nas mesmas esta informação ou na impossibilidade de os inquirir por falta de comparência destes, através de declaração enviada por carta registada com aviso de recepção para os respectivos domicílios, procedendo à junção do respectivo documento comprovativo no dito PDAV) para que não reparem o seu veículo antes da realização da avaliação pericial dos danos pelos militares nomeados para esse efeito.
 - b. Terá de ter igualmente o cuidado de comunicar aos referidos intervenientes que podem proceder à respectiva reparação, após a peritagem, de modo a que a viatura não esteja inactiva por longos meses, vindo depois os mesmos, pedir uma indemnização por essa paralisação, bem como eventualmente apresentarem novo orçamento com um custo mais elevado que o elaborado a seguir ao acidente, em função de um possível aumento dos materiais e mão-de-obra, o que pode levar a oficina automóvel escolhida que apresentou o referenciado orçamento a não querer já levar a efeito a reparação com base nesse orçamento - Sobre esta matéria aconselha-se a leitura da Circular n.º 9/82, de 31MAI1982, da Direcção de Justiça e Disciplina.
447. Minuta - Exemplo de Notificação para que se proceda à reparação dos veículos estranhos ao Exército após a avaliação dos danos efectuada por peritos militares

Informa-se V. Ex.^a que, sem envolver qualquer compromisso ou reconhecimento de responsabilidade, procedemos à vistoria dos danos do veículo ... (identificar, marca, modelo e matrícula). Continuamos a promover as diligências tendentes ao apuramento das responsabilidades pela eclosão do acidente em questão.

Assim, poderá V. Ex.^a mandar proceder à reparação do seu veículo, ou dar-lhe o destino que melhor lhe aprouver, sendo certo que ao Exército não poderá ser atribuída qualquer responsabilidade por eventuais entraves à respectiva reparação e, bem assim, pelos danos deles resultantes, uma vez que a referida vistoria visou, exactamente, possibilitar, por parte de V. Ex.^a, a tomada das medidas mais

adequadas, enquanto a problemática da responsabilidade pela eclosão do sinistro não estiver definida, uma vez que a apreciação da responsabilidade civil só será efectuada após os trâmites legais subsequentes à conclusão das acima indicadas diligências.

448. Declaração de aceitação do montante arbitrado pelos Peritos Militares

- a. Os intervenientes estranhos ao Exército devem ser inquiridos no sentido de declararem se aceitam, a título de indemnização pelos danos sofridos, o valor determinado pelos peritos militares.
- b. No caso do valor da reparação superar o montante correspondente à diferença entre o valor venal do veículo (valor apurado imediatamente antes do acidente) e o valor do salvado do veículo (valor apurado imediatamente após o acidente), valores esses determinados pelos peritos militares, tornando-se desse modo excessivamente onerosa para o devedor, devem aqueles intervenientes estranhos ao Exército serem questionados sobre se aceitam uma indemnização no valor correspondente à aludida diferença. Se aceitarem, deve o Oficial instrutor solicitar-lhes a emissão de declaração escrita nesse sentido (Art.º 566.º, n.º 2 do Código Civil - CC).

449. Minuta - Exemplo de Notificação para indagar se o proprietário do veículo civil aceita a diferença entre o valor venal e o valor do salvado do veículo

Informa-se V.Ex.^a que determinado o valor patrimonial da sua viatura imediatamente antes (valor venal) bem como imediatamente após (valor do salvado) a ocorrência do acidente de viação em apreço e ainda apurado o custo necessário para a reparação da mesma, constata-se que o custo da referida reparação é superior à diferença entre o valor venal e o valor do salvado do seu veículo.

Nos termos do artigo 566 n.º 2 do Código Civil, sempre que a reconstituição da situação nos mesmos termos em que esta se encontrava antes da verificação da circunstância que a alterou (no seu caso a reparação dos danos sofridos pela ocorrência do acidente de viação em apreço) seja excessivamente onerosa para o devedor pode a indemnização ser fixada em dinheiro.

Deste modo estão reunidas as condições legais para que em substituição da reparação do seu veículo lhe seja atribuída uma indemnização, em dinheiro,

correspondente à diferença entre o valor venal e o valor do salvado da sua viatura, permanecendo V.Ex.^a com a propriedade do seu veículo.

Face ao exposto, solicita-se que V.Ex.^a nos informe se aceita esta forma de indemnização pelos danos sofridos na sua viatura, devendo em caso afirmativo, remeter-nos uma declaração escrita, datada e assinada por V.Ex.^a nesse sentido.

450. Assunção pelo Arguido da responsabilidade pelos danos causados em consequência do acidente de viação
- Como anteriormente já referimos, no Parágrafo n.º 411 alínea g), se o arguido se declarar culpado pela produção do acidente de viação e pretender proceder ao pagamento dos danos emergentes deste, deverá ser junto ao PDAV, um duplicado ou cópia autenticada do documento comprovativo do depósito que tenha efectuado na tesouraria da U/E/O competente, bem como uma declaração da subsecção financeira da U/E/O que recebeu essa quantia e fotocópia da guia de receita da mesma nos Cofres do Estado, conforme modelo informatizado do sistema integrado de gestão (SIG) – Arts. 11.º § 9, 28.º e 39.º § 6 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966.
451. Assunção pelo Interveniente Civil da responsabilidade pelos danos causados em consequência do acidente de viação
- Se o interveniente civil se declarar culpado pela produção do AV e pretender proceder ao pagamento dos danos emergentes deste, o procedimento é o mesmo relativamente ao acima explanado para a situação do arguido se responsabilizar pelos danos causados, ou seja, deverá igualmente ser junto ao PDAV, um duplicado ou cópia autenticada do documento comprovativo do depósito que tenha efectuado na tesouraria da U/E/O competente bem como uma declaração da subsecção financeira da U/E/O que recebeu essa quantia e fotocópia da guia de receita da mesma nos Cofres do Estado, conforme modelo informatizado do sistema integrado de gestão (SIG). (Art.º 11.º § 10.º e Art.º 47.º § 2 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
452. Declaração da Seguradora de assunção da responsabilidade pelos danos causados em consequência do acidente de viação
- a. No caso de haver contrato de seguro que transfira para uma Companhia de Seguros a responsabilidade civil emergente da ocorrência de um AV deve aquela

ser instada a pronunciar-se sobre a culpabilidade na produção do mesmo (Art.º 11.º § 10.º e Art.º 47.º § 2 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).

- b. Caso assuma a culpa do seu segurado deve a U/E/O diligenciar no sentido de proceder ao recebimento da indemnização pelos prejuízos sofridos com a reserva de que tal não obsta a que a decisão final venha a concluir por um pedido de montante superior.
- c. Também, neste caso, deve constar no processo um duplicado ou cópia autenticada do documento comprovativo do depósito que tenha efectuado na tesouraria da U/E/O competente bem como uma declaração da subsecção financeira da U/E/O que recebeu essa quantia e fotocópia da guia de receita da mesma nos Cofres do Estado, conforme modelo informatizado do sistema integrado de gestão (SIG).
- d. Sobre o procedimento a adoptar em sede de conversações com as Companhias de Seguros alerta-se para o facto de nenhum militar estar autorizado a negociar ou firmar qualquer acordo com aquelas. Assim, qualquer proposta negocial emitida por uma seguradora deverá acompanhar o PDAV ou ser remetida para a entidade que estiver na posse do mesmo, tendo em vista a sua submissão, apreciação e decisão final da autoridade militar que *a final* decidir sobre a responsabilidade civil relativa ao PDAV.

453. Viatura Militar abrangida por contrato de seguro

- a. No caso da responsabilidade civil do Estado estar transferida, por contrato de seguro, para uma companhia de seguros, deve esta ser instada a pronunciar-se sobre a culpabilidade do condutor militar pela eclosão do acidente de viação, constando obrigatoriamente do PDAV declaração daquela seguradora.
- b. Deve igualmente constar do PDAV fotocópia da apólice e da «carta verde» com especial destaque para o tipo de riscos cobertos.

454. Identificação do efectivo credor da indemnização

- a. Do PDAV deverá constar, de forma inequívoca, a identidade do efectivo credor de eventual indemnização e, bem assim, os elementos que comprovem essa qualidade.
- b. Em regra, é o proprietário do veículo ou do bem danificado, mas também poderá ser a sua Companhia Seguradora, na situação do proprietário ter contratado um seguro de responsabilidade civil com a modalidade de protecção de danos

próprios sem que o pagamento desses danos esteja limitado ao pagamento de qualquer franquia.

- c. No caso de existência de contrato de seguro com cobertura de danos próprios, deverá constar do PDAV:

(1) Prova documental que ateste se este contrato está ou não sujeito ao pagamento duma franquia.

(2) As cláusulas contratuais que a prevêem.

(3) O seu montante e a identidade do respectivo credor de modo a que se possa proceder ao pagamento das respectivas indemnizações a quem de direito – Por ex: pode dar-se o caso de ser necessário proceder-se ao pagamento de duas indemnizações: uma ao proprietário da viatura que suportou o pagamento da franquia do contrato de seguro com a modalidade de protecção de danos próprios no montante despendido pelo mesmo a este título; e outra à Companhia Seguradora no montante correspondente ao valor pago por esta.

455. Número de Identificação Bancária e Número de Identificação Fiscal

- a. Constará do PDAV o NIB (ou IBAN e Swift Code, nos acidentes envolvendo cidadãos estrangeiros) do efectivo credor de eventual indemnização uma vez que o respectivo pagamento será efectuado, pela U/E/O onde corra termos o respectivo processo ou pela Direcção de Finanças do Comando da Logística nos casos em que aquela U/E/O não disponha de receitas próprias que permitam esse pagamento.
- b. O NIB ou IBAN e Swift Code, consoante os casos, deverá ser comprovado pela apresentação de fotocópia de documento indicativo da conta que se pretende ver creditada ou outro meio idóneo.
- c. Deverá, igualmente, ser junto ao PDAV, o NIF, ou, no caso de pessoa colectiva, o NIPC, respeitante ao efectivo credor de eventual indemnização, comprovado pela fotocópia do respectivo documento de identificação fiscal.

456. Informação relativa ao pagamento de indemnização

Quando, após o encerramento da instrução do PDAV e subsequente sua remessa às instâncias superiores, ocorrer o pagamento de indemnizações ao Exército Português, pelos prejuízos que lhe forem causados, deverá a U/E/O comunicar imediatamente tal facto à entidade que a *final* vier a decidir o processo, assim como

à Direcção de Material e Transportes do Comando da Logística, entidade competente para autorizar, tecnicamente, a reparação da viatura militar sinistrada.

457. Antecipação de indemnização pelas U/E/O

Em caso algum o Comandante/Director/Chefe da U/E/O competente para a organização do PDAV, deverá autorizar a antecipação de qualquer indemnização, pela respectiva subsecção financeira, de que os intervenientes civis previsivelmente sejam beneficiários.

SECÇÃO VIII – PROCEDIMENTOS EM CASO DE ACIDENTE DE VIAÇÃO OCORRIDO NO ESTRANGEIRO

458. Regime Aplicável

- a. Existindo um vazio legal no que concerne à definição do regime jurídico a que deveriam estar sujeitos os processos por acidente de viação ocorrido no estrangeiro, foi elaborada, pela Direcção de Justiça e Disciplina, a Circular n.º 04/00.
- b. Esta Circular teve como objectivo aprovar normas com vista à adopção de procedimentos a observar em caso de acidente de viação com viaturas do Exército Português ou que, pertencendo a outras Forças, fossem, no momento do acidente, conduzidas por militares portugueses.
- c. Na ausência de normas específicas para a missão, relativamente aos procedimentos a adoptar em caso da ocorrência de acidentes de viação, devem ser adoptados, com as necessárias adaptações, os procedimentos e peças processuais exigíveis pela legislação em vigor em território nacional, designadamente, pelo RDM, pela Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966, pela Portaria n.º 23 091, de 27DEC1967 e pelas demais circulares em vigor neste âmbito (Art.º 2.º da Circular n.º 04/00).

459. Particularidades

- a. Em sede de responsabilidade disciplinar, a competência para apreciação e decisão dos processos é deferida ao Comandante da Força a que esteja subordinado o condutor militar no momento do acidente, de acordo com o previsto nos Artigos 64.º e 65.º do RDM, sem prejuízo da posterior intervenção da hierarquia do Exército, designadamente do GEN CEME, sempre que legalmente exigível (Art.º 3.º da Circular n.º 04/00).

- b. Do PDAV deverão constar, sempre que existam, normas, acordos ou directivas elaborados para disciplinar a matéria dos acidentes com viaturas militares, no âmbito da respectiva missão, especialmente no que tange à vertente da responsabilidade civil (Art.º 5.º da Circular n.º 04/00).
- c. Do PDAV deverá também constar cópia da legislação local que regule o trânsito de veículos automóveis e respectiva tradução oficial.
- d. Na instrução dos processos será usada a língua portuguesa, devendo, dos documentos em língua estrangeira, constar nos autos a respectiva tradução oficial para a língua portuguesa (Art.º 7.º da Circular n.º 04/00).

460. Decisão Final

- a. Estes PDAV deverão ser submetidos à apreciação e decisão final do Gen CEME, após parecer do TGen AGE.
- b. Tal tramitação justifica-se, não só pelo que anteriormente ficou dito sobre a intervenção em termos disciplinares da hierarquia do Exército, mas também pela necessidade de se proceder à apreciação da responsabilidade civil emergente da ocorrência do acidente de viação.

CAPÍTULO 5. PROCESSO ADMINISTRATIVO POR ACIDENTE DE VIAÇÃO

501. Introdução

- a. Sempre que de um acidente de viação com viaturas militares resultarem prejuízos para estas deverá ser elaborado um processo administrativo por acidente de viação (PAAV), com vista ao apuramento exacto dos danos sofridos e à obtenção da autorização para a sua reparação (Art.º 37.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- b. A instrução deste processo caberá ao mesmo Oficial nomeado para a instrução do processo disciplinar (Art.º 38.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- c. O PAAV é um processo autónomo, pelo que não deverá ser inserido nos autos do PDAV.

502. Elementos obrigatórios

Deverão constar dos Autos do PAAV os seguintes elementos obrigatórios:

- a. Descrição sumária do acidente (Art.º 39.º § 1 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- b. Relatório de Avaliação pericial dos danos resultantes do acidente de viação (Art.º 39.º § 2 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- c. Declaração do chefe ou encarregado das oficinas da U/E/O a que pertencer a viatura acidentada sobre a possibilidade ou impossibilidade de nelas ser efectuada a sua reparação, juntando também o respectivo orçamento no caso de tal reparação poder aí ser executada (Art.º 39.º § 3 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- d. Declarações de quaisquer outros organismos de manutenção e reparação militares, no caso das oficinas da U/E/O a que pertencer a viatura acidentada declararem não lhes ser possível efectuar a reparação desta (Art.º 39.º § 4 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- e. Orçamentos de três oficinas do ramo automóvel, sempre que a reparação da viatura militar não puder ocorrer em oficinas militares (Art.º 39.º § 5 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).

- f. Duplicado ou cópia autenticada do documento comprovativo do depósito efectuado nos termos do Art.º 28.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966, quando o arguido se tenha responsabilizado pelos prejuízos causados (Art.º 39.º § 6 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- g. O visto do Comandante/Director/Chefe da U/E/O (Art.º 39.º § 7 da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).

503. Decisão do Processo Administrativo por Acidente de Viação

- a. Após junção de todos os elementos necessários, o PAAV deverá ser remetido à Direcção de Material e Transportes do Comando da Logística para elaboração de decisão do processo (Art.º 43.º da Portaria n.º 22 396, de 27DEC1966).
- b. Mais uma vez alertamos, como fizemos já no Parágrafo n.º 409 alínea e), que as viaturas militares acidentadas não devem ser reparadas sem prévia autorização técnica da Repartição de Manutenção da Direcção de Material e Transportes do Comando da Logística.

CAPÍTULO 6. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

601. Meios de Impugnação

Após a Decisão Punitiva, proferida na sequência de Processo Disciplinar, o arguido pode impugnar a mesma por uma de quatro vias:

- Reclamação;
- Recurso Hierárquico;
- Recurso de Revisão;
- Recurso Contencioso.

602. Reclamação

- a. A reclamação em matéria disciplinar encontra-se prevista no Art.º 121.º do RDM e nos Arts. 161.º e seguintes do CPA.
- b. A reclamação deve ser feita por escrito, dirigida à entidade decisora, no prazo de 15 dias úteis a contar da notificação do despacho punitivo, nos termos do Art.º 121.º n.º 1 do RDM, conjugado com o disposto no Art.º 162.º do CPA.
- c. A reclamação é facultativa, isto é, não é imposta ao arguido a obrigação de a interpor para recorrer a outros meios impugnatórios, não suspendendo o prazo do recurso hierárquico, o qual corre paralelamente (Art.º 121.º n.º 3 do RDM).

603. Recurso Hierárquico

- a. O militar pode interpor recurso hierárquico de decisão que lhe imponha pena disciplinar ou que considere lesiva dos seus direitos ou interesses legalmente protegidos (Art.º 122.º n.º 1 do RDM).
- b. A interposição de recurso hierárquico realiza-se mediante requerimento escrito, com alegação dos respectivos fundamentos, dirigido ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) ou ao Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), o qual deve ser apresentado na entidade recorrida, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da decisão que imponha pena disciplinar, nos termos dos Art.º 122.º e 124.º do RDM, suspendendo a decisão recorrida, o que significa que a pena, em que o militar seja condenado, apenas será cumprida, se apresentado recurso hierárquico, logo que lhe seja negado provimento, conforme resulta da leitura conjugada dos Arts. 51.º n.º 1 e 123.º n.º 1 do RDM, salvo quanto às penas de repreensão e repreensão agravada que

serão cumpridas imediatamente a seguir à decisão que as aplicou (Arts. 51.º n.º 2 e 123.º n.º 1 do RDM).

- c. O requerimento de interposição de recurso e o processo disciplinar devem ser remetidos pela entidade recorrida ao escalão imediatamente superior da cadeia hierárquica em que se insere e sobem até ao Chefe de Estado-Maior competente, passando sucessivamente pelos escalões hierárquicos intermédios, cujos responsáveis se podem pronunciar sobre o mérito do recurso, no prazo de 3 dias úteis a contar da sua recepção (Art.º 124.º n.º 4 do RDM).
- d. A decisão do recurso hierárquico é proferida pelo Chefe de Estado-Maior competente no prazo de 30 dias úteis a contar da recepção do respectivo processo, não cabendo recurso hierárquico desta decisão (Art.º 125.º do RDM), mas sim e apenas recurso contencioso.
- e. Aliás refira-se que, ao abrigo do actual regime do RDM, o recurso hierárquico é necessário, isto é, o arguido apenas poderá recorrer contenciosamente se previamente interpuser recurso hierárquico da decisão em matéria disciplinar, que é o mesmo que afirmar que, o arguido, apenas poderá recorrer contenciosamente da decisão proferida pelo Chefe de Estado-Maior, no âmbito do recurso hierárquico.
- f. Sendo também de assinalar que, de acordo com o disposto no n.º 2 do Artigo 125.º do RDM, das decisões dos Chefes de Estado-Maior nunca cabe recurso hierárquico, mas sim, e apenas, recurso contencioso (cf. Art.º 133.º n.º 1 do RDM).
- g. Por fim, uma última nota, apenas para referir que também ao participante e ao queixoso assiste o direito de interpor recurso hierárquico, no prazo de 5 dias úteis, mas, neste caso, apenas do despacho liminar que mande arquivar a participação e a queixa – Arts. 85.º n.º 4, 89.º n.º 2 e 122.º n.º 2 do RDM.

604. Recurso de Revisão

- a. A revisão do processo disciplinar é admitida quando sejam conhecidos factos ou se verifiquem circunstâncias ou meios de prova susceptíveis de demonstrar a inexistência dos factos que determinaram a punição, bem como a inocência ou menor culpabilidade do militar e que não pudessem ter sido por ele utilizados no processo disciplinar (Art.º 126.º n.º 1 do RDM).

- b. A mera alegação da existência de ilegalidade do processo ou da decisão punitiva, bem como a pretensão de alterar a pena aplicada ou a medida desta, não constituem fundamento de revisão (Art.º 126.º n.ºs 2 e 3 do RDM).
- c. A revisão do processo disciplinar é admitida a todo o tempo, com uma limitação: o prazo de interposição do recurso é de seis meses a contar da data em que o interessado teve conhecimento dos factos, circunstâncias ou meios de prova alegados como fundamento da revisão. Exemplificando: um militar é punido, em processo disciplinar, em Setembro de 2009; em Janeiro de 2011, toma conhecimento de circunstâncias que podem fundamentar um recurso de revisão da sua punição – poderá interpor recurso de revisão até fim de Junho de 2011 (prazo de 6 meses, após o conhecimento dos factos).
- d. O requerimento de revisão do processo disciplinar pode ser interposto, dirigido ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas ou ao Chefe de Estado-Maior do ramo, consoante a entidade que tiver aplicado a punição, pelo:
 - (1) Militar punido;
 - (2) Pelos descendentes, ascendentes, cônjuge, irmãos ou herdeiros do militar punido, caso tenha falecido ou se encontre incapacitado.
- e. Nesse requerimento devem ser indicados os factos, circunstâncias ou meios de prova não considerados no processo disciplinar e que justificam a sua revisão (Art.º 127.º n.º 4 do RDM).
- f. Por fim, e quanto aos efeitos da revisão, o RDM dispõe o seguinte (Art.º 132.º do RDM):
 - (1) A revisão do processo disciplinar não suspende o cumprimento da pena;
 - (2) A revisão pode conduzir à confirmação ou à revogação, total ou parcial, da decisão proferida no processo disciplinar, mas não pode, em caso algum, determinar a agravação da pena;
 - (3) A procedência da revisão implica o cancelamento do registo da pena no processo individual do militar e a anulação da pena e eliminação de todos os seus efeitos, mesmo os já produzidos.

605. Impugnação Contenciosa

- a. De acordo com o previsto no Art.º 133.º do RDM, das decisões proferidas pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas ou pelos Chefes de Estado-Maior dos ramos cabe impugnação contenciosa.

- b. Como supra referido, ao abrigo do actual regime do RDM, o recurso hierárquico é necessário, isto é, o arguido apenas poderá recorrer contenciosamente se previamente interpuser recurso hierárquico da decisão em matéria disciplinar, que é o mesmo que afirmar que, o arguido, apenas poderá recorrer contenciosamente da decisão proferida pelo Chefe de Estado-Maior, no âmbito do recurso hierárquico.

ANEXO A – LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

Art.º – Artigo

Arts. – Artigos

AV – Acidente de Viação

CC – Código Civil

Cf. – Conforme

CEME – Chefe do Estado-Maior do Exército

CEMGFA – Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

CPA – Código do Procedimento Administrativo

CPC – Código de Processo Civil

CPP – Código de Processo Penal

CPTA – Código de Processo nos Tribunais Administrativos

CRP – Constituição da República Portuguesa

N.º – Número

N.ºs – Números

PDAV – Processo Disciplinar por Acidente de Viação

RDM – Regulamento de Disciplina Militar

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

U/E/O – Unidade(s), Estabelecimento(s) ou Órgão(s)

V.g. – *Verbi Gratia* (Por Exemplo)

Página intencionalmente em branco

ANEXO B – REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

Constituição da República Portuguesa - Lei Constitucional de 2 de Abril de 1976, com a última alteração introduzida pela Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto.

Regulamento de Disciplina Militar - Lei Orgânica n.º 2/2009, de 22 de Julho.

Código Penal - Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, com a última alteração introduzida pela Lei n.º 4/2011, de 16 de Fevereiro.

Código de Processo Penal - Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, com a última alteração introduzida pela Lei n.º 26/2010, de 30 de Agosto.

Código do Procedimento Administrativo - Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a última alteração introduzida pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Código de Processo nos Tribunais Administrativos - Lei n.º 15/2002, de 22 de Fevereiro, com a última alteração introduzida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

Código Civil – Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de Novembro, com a última alteração introduzida pela Lei n.º 23/2010, de 30 de Agosto.

Código de Processo Civil - Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de Dezembro, com a última alteração introduzida pela Lei n.º 43/2010, de 03 de Setembro.